



Subsecretaria de Análise  
S. F.

# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

## Seção II

ANO XXIX — Nº 122

TERÇA-FEIRA, 1º DE OUTUBRO DE 1974

BRASÍLIA — DF

## SENADO FEDERAL

### SUMÁRIO

#### 1 — ATA DA 168ª SESSÃO, EM 30 DE SETEMBRO DE 1974

##### 1.1 — ABERTURA

##### 1.2 — EXPEDIENTE

##### 1.2.1 — Ofício do Sr. 1º-Secretário da Câmara dos Deputados

*Encaminhando à revisão do Senado autógrafo do seguinte projeto:*

— Projeto de Lei da Câmara nº 119/74 (nº 2.192-B/74, na origem), que prorroga o prazo de validade das carteiras de identidade de estrangeiros "modelo 19", e dá outras providências.

##### 1.2.2 — Discursos do Expediente

**SENADOR LOURIVAL BAPTISTA** — Solidariedade à homenagem prestada, no dia 20 de setembro passado, à memória do Presidente Humberto de Alencar Castello Branco, na data em que completaria 74 anos de idade.

**SENADOR LUIZ CAVALCANTE** — Artigo do jornalista Murilo Mello Filho, publicado na revista *Manchete*, sob o título "O Petróleo é nosso"?

**SENADOR FAUSTO CASTELO-BRANCO** — Necessidade de uma melhor técnica de seleção dos recursos humanos para Saúde.

##### 1.2.3 — Comunicações da Presidência

— Convocação de sessão do Congresso Nacional a realizar-se amanhã, às 19 horas, destinada à leitura de mensagem presidencial.

— Recebimento da complementação dos documentos necessários à tramitação do Ofício nº S/27/74, do Governador do Estado do Rio Grande do Sul, solicitando autorização do Senado para que aquele Estado possa contratar operação de empréstimo externo para o fim que especifica.

##### 1.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Lei da Câmara nº 111/74 (nº 2.043-B/74, na origem), que autoriza o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento

Florestal — IBDF — a alienar imóveis que menciona. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Decreto Legislativo nº 18/74 (nº 156-B/74, na Câmara), que aprova o texto da tradução do Protocolo de Prorrogação da Convenção sobre o Comércio do Trigo de 1971, aprovado por ocasião da Conferência de Governo, realizada no Conselho Internacional do Trigo, a 22 de fevereiro de 1974. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Decreto Legislativo nº 20/74 (nº 155-B/74, na Câmara), que aprova o texto da tradução do Acordo Internacional do Açúcar, de 1973, aprovado por ocasião da Sessão Plenária, de 13 de outubro de 1973, da Conferência das Nações Unidas sobre Açúcar. **Votação adiada por falta de quorum.**

##### 1.4 — DISCURSO APÓS A ORDEM DO DIA

**SENADOR RUY SANTOS** — Declaração que teria sido feita pelo Diretor do DASP e publicada em órgão da Imprensa, referente a paternalismo que teria ocorrido no Plano de Classificação de Cargos do Poder Legislativo.

##### 1.5 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO.

#### 2 — DISCURSOS PROFERIDOS EM SESSÃO ANTERIOR

— Do Sr. Senador Jarbas Passarinho, pronunciado na sessão de 27-9-74.

— Do Sr. Senador Dinarte Mariz, pronunciado na sessão de 27-9-74.

#### 3 — INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS

— Resolução nº 38, do Conselho Deliberativo do IPC.

#### 4 — ATAS DAS COMISSÕES

#### 5 — MESA DIRETORA

#### 6 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

#### 7 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

**EXPEDIENTE****CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL**

EVANDRO MENDES VIANNA

Diretor-Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES

Diretor-Executivo

PAULO AURÉLIO QUINTELLA

Chefe da Divisão Administrativa

ALCIDES JOSÉ KRONENBERGER

Chefe da Divisão Industrial

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL****Seção II**

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

**ASSINATURAS****Via Superfície:**

Semestre ..... Cr\$ 100,00

Ano ..... Cr\$ 200,00

**Via Aérea:**

Semestre ..... Cr\$ 200,00

Ano ..... Cr\$ 400,00

(O preço do exemplar atrasado será acrescido de Cr\$ 0,30)

Tiragem: 3 500 exemplares

**ATA DA 168ª SESSÃO, EM 30 DE SETEMBRO DE 1974****4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 7ª Legislatura****PRESIDÊNCIA DO SR. ADALBERTO SENA**

Às 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — José Guimard — Flávio Britto — José Esteves — Cattete Pinheiro — Jarbas Passarinho — Renato Franco — Alexandre Costa — Fausto Castelo-Branco — Helvídio Nunes — Wilson Gonçalves — Dinarte Mariz — Luís de Barros — Jessé Freire — Domicio Gondim — Luiz Cavalcante — Augusto Franco — Lourival Baptista — Ruy Santos — Carlos Lindenberg — Amaral Peixoto — Paulo Torres — Gustavo Capanema — Magalhães Pinto — Franco Montoro — Benedito Ferreira — Leoni Mendonça — Osires Teixeira — Fernando Corrêa — Celso Ramos — Daniel Krieger — Guido Mondin — Tarso Dutra.

O SR. PRESIDENTE (Adalberto Sena) — A lista de presença acusa o comparecimento de 33 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

O Sr. 1º-Secretário vai proceder à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

**EXPEDIENTE****OFÍCIO****DO SR. 1º-SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Enviando à revisão do Senado, autógrafo do seguinte projeto:

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 119, DE 1974**

(Nº 2.192-B/74, na Casa de origem)

De iniciativa da Senhor Presidente da República

**Prorroga o prazo de validade das carteiras de identidade de estrangeiros "modelo 19", e dá outras providências.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O prazo de validade das carteiras de identidade de estrangeiros "modelo 19", de que trata o art. 135 do Decreto nº 3.010, de 30 de agosto de 1939, estabelecido pelo art. 2º do Decreto-lei nº

499, de 17 de março de 1969, modificado pelos arts. 1ºs. das Leis nºs. 5.587 e 5.815, de 2 de julho de 1970, e 31 de outubro de 1972, respectivamente, fica prorrogado até 1º de outubro de 1976, após o que deverão as mesmas ser apreendidas onde forem apresentadas e remetidas ao Departamento de Polícia Federal.

Art. 2º A expedição da primeira via da carteira de identidade instituída pelo art. 1º do Decreto-lei nº 499, de 17 de março de 1969, com a redação dada pelo Decreto-lei nº 670, de 3 de julho de 1969, está sujeita ao pagamento da taxa correspondente a 1/20 (um vigésimo) do maior salário mínimo vigente no País.

Parágrafo único. O fornecimento de outras vias do documento referido no caput deste artigo estará sujeito ao pagamento da taxa correspondente a 1/10 (um décimo) do maior salário mínimo vigente no País.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**MENSAGEM Nº 418, DE 1974**

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional:

Nos termos do art. 51 da Constituição, tenho a honra de submeter à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Justiça, o anexo projeto de lei que "prorroga o prazo de validade das carteiras de identidade de estrangeiros "modelo 19", e dá outras providências".

Brasília, em 2 de setembro de 1974. — Ernesto Geisel.

**EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS GM/0363-B, DE 23 DE AGOSTO DE 1974, DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA.**

Excelentíssimo Senhor Presidente da República:

A Lei nº 5.815, de 31 de outubro de 1972, prorroga até 1º de outubro de 1974 o prazo de validade das carteiras de identidade de estrangeiros "modelo 19", estabelecido pelo art. 2º do Decreto-lei nº 499, de 17 de março de 1969, modificado pelo art. 1º da Lei nº 5.587, de 2 de julho de 1970.

2. O Departamento de Polícia Federal, considerando que está prestes a findar-se o prazo previsto no citado dispositivo legal e que, pelos cálculos feitos, apenas um terço dos estrangeiros residentes no

Brasil, como permanentes, conseguiu regularizar seus documentos, não sendo possível o atendimento ao restante no curto espaço de tempo de vigência da Lei nº 5.815, de 1972, solicita providências no sentido de que seja prorrogado até outubro de 1976 o prazo estabelecido naquele diploma legal.

3. Sugere, outrossim, que se faça constar do anteprojeto de lei a ser encaminhado ao Poder Legislativo a inclusão das taxas de 1/20 (um vigésimo) do maior salário mínimo vigente no País para expedição da 1ª via da carteira de identidade e de 1/10 (um décimo) para o fornecimento de outras vias do documento, dando como justificativa o elevado custo operacional pela substituição das carteiras antigas.

4. Neste sentido, foi elaborado o anteprojeto de lei anexo, a ser encaminhado à apreciação do Congresso Nacional, caso mereça a aprovação de Vossa Excelência.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de profundo respeito. — **Armando Falcão**, Ministro da Justiça.

#### LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO Nº 3.010, DE 20 DE AGOSTO DE 1938

**Regulamenta o Decreto-lei nº 406, de 4 de maio de 1938, que dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional.**

Art. 135. Fica instituída a carteira de identidade para estrangeiros, a qual será expedida pelo Instituto de Identificação, no Distrito Federal, e repartições congêneres nos Estados (Modelo nº 19), e terá o valor da carteira de identidade ordinária.

DECRETO-LEI Nº 499, DE 17 DE MARÇO DE 1969

**Institui nova carteira de identidade para estrangeiros, e dá outras providências.**

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o § 1º do art. 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, Considerando que a carteira de identidade para estrangeiros, criada pelo art. 135 do Decreto nº 3.010, de 20 de agosto de 1938, e denominada "carteira modelo 19", apresenta forma e conteúdo inteiramente obsoletos; e

Considerando a necessidade de tornar efetivo o controle, pelas autoridades federais, da expedição da carteira de identidade para estrangeiros com permanência definitiva no País, decreta:

Art. 1º Fica instituída nova carteira de identidade para estrangeiros, conforme modelo anexo, sistema plástico, válida para todo território nacional, impressa em série sob a orientação do Ministério da Justiça, e que será fornecida, no Distrito Federal, pela Delegacia de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras do Departamento de Polícia Federal e, nos Estados e Territórios, pelas Delegacias Regionais do referido Departamento ou, mediante convênio, pelas repartições de polícia congêneres locais, e terá valor de carteira de identidade ordinária.

Art. 2º As atuais carteiras de identidade "modelo 19", de que trata o art. 135 do Decreto nº 3.010, de 20 de agosto de 1938, perderão sua validade decorrido o prazo de um ano da vigência deste Decreto-lei, após o que deverão ser apreendidas onde forem apresentadas e remetidas ao Departamento de Polícia Federal.

Art. 3º Decorrido um ano da entrada em vigor deste Decreto-lei, o Ministério do Trabalho e Previdência Social só expedirá carteira profissional a estrangeiros mediante a apresentação da carteira de identidade aludida no art. 1º

Art. 4º Dentro de sessenta dias, a contar da publicação deste Decreto-lei, as repartições federais e estaduais encarregadas do registro e fiscalização de estrangeiros apresentarão ao Ministério da Justiça

a estimativa do número de carteiras de identidade para estrangeiros necessárias ao atendimento dos serviços a seu cargo.

Parágrafo único. As repartições expedidoras ficam obrigadas a remeter, imediatamente, ao Serviço Nacional de Identificação do Departamento de Polícia Federal a individual datiloscópica do estrangeiro identificado para fins de obtenção da nova carteira criada por este Decreto-lei.

Art. 5º Este Decreto-lei entrará em vigor a 1º de julho de 1969, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de março de 1969; 148º da Independência e 81º da República. — **A. COSTA E SILVA** — **Luís Antônio da Gama e Silva**.

DECRETO-LEI Nº 670, DE 3 DE JULHO DE 1969

**Modifica e revoga dispositivos do Decreto-lei nº 499, de 17 de março de 1969.**

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o § 1º do art. 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º O art. 1º e o parágrafo único do art. 4º do Decreto-lei nº 499, de 17 de março de 1969, passam a vigorar com as seguintes redações:

"Art. 1º Fica instituído nova carteira de identidade para estrangeiros, conforme modelo anexo, sistema plástico, válida para todo o território nacional, impressa em série sob a orientação do Ministério da Justiça, e que será fornecida, no Distrito Federal, pela Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras do Departamento de Polícia Federal e, nos Estados e Territórios, pelas Delegacias Regionais do referido Departamento ou, mediante convênio, pelas repartições de polícia congêneres locais, e terá valor de carteira de identidade ordinária."

"Art. 4º

Parágrafo único. As repartições expedidoras ficam obrigadas a remeter, imediatamente, ao Instituto Nacional de Identificação do Departamento de Polícia Federal a individual datiloscópica do estrangeiro identificado para fins de obtenção da nova carteira criada por este Decreto-lei.

Art. 2º Fica revogado o art. 5º do Decreto-lei nº 499, de 17 de março de 1969.

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor a 1º de outubro de 1969, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 3 de julho de 1969; 148º da Independência e 81º da República. — **A. COSTA E SILVA** — **Luís Antônio da Gama e Silva**.

LEI Nº 5.587 DE 2 DE JULHO DE 1970

**Altera a redação do art. 2º do Decreto-lei nº 499, de 17 de março de 1969, que institui nova carteira de identidade para estrangeiros, e dá outras providências.**

Art. 1º O art. 2º do Decreto-lei nº 499, de 17 de março de 1969, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º As atuais carteiras de identidade "modelo 19", de que trata o art. 135 do Decreto nº 3.010, de 20 de agosto de 1938, perderão sua validade decorrido o prazo de três anos da vigência do Decreto-lei nº 670, de 3 de julho de 1969, após o que deverão ser apreendidas onde forem apresentadas e remetidas ao Departamento de Polícia Federal."

LEI Nº 5.815, DE 31 DE OUTUBRO DE 1972

**Prorroga o prazo de validade para as carteiras de identidade de estrangeiros "modelo 19"**

Art. 1º O prazo de validade das carteiras de identidade de estrangeiros "modelo 19", estabelecido pelo art. 2º do Decreto-lei nº

499, de 17 de março de 1969, modificado pelo art. 1º da Lei nº 5.587, de 2 de julho de 1970, fica prorrogado até 1º de outubro de 1974, após o que deverão as mesmas ser apreendidas onde forem apreendidas e remetidas ao Departamento de Polícia Federal.

(As Comissões de Constituição e Justiça e de Relações Exteriores.)

**O SR. PRESIDENTE (Adalberto Sena)** — O Expediente lido vai à publicação.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

**O SR. LOURIVAL BAPTISTA (Sergipe) (Pronuncia o seguinte discurso.)** — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Compromissos da campanha eleitoral me impediram de permanecer nesta Capital e, assim, de exaltar a homenagem prestada, no dia 20 de setembro passado, à memória do saudoso Presidente Humberto de Alencar Castello Branco, na data em que completaria 74 anos de idade.

Naquele dia, procedeu-se à inauguração de um monumento através do qual o povo e o Governo da Guanabara reverenciaram a memória do grande estadista, que, nascido no Ceará, viveu tantos anos no Rio e tanto serviu àquela Cidade.

O monumento, construído pelo escultor Dante Croce, fica situado ao lado do Forte Duque de Caxias e à sua inauguração estiveram presentes o ex-Presidente Garrastazu Médici; Vice-presidente General Adalberto Pereira dos Santos; Governador Chagas Freitas; comandantes do 1º Distrito Naval, Almirante Júlio de Sá Bierenbach e do 1º Exército, General Reinaldo Melo de Almeida; os Ministros da Aeronáutica, Brigadeiro Araripe Macedo, e da Previdência Social, Dr. Nascimento Silva, e o General Fiuza de Castro.

Sr. Presidente, esta é uma homenagem das mais justas e à qual não podemos deixar de emprestar nossa solidariedade, além de registrá-la em nossos Anais. Inúmeras vezes tenho recordado desta tribuna a personalidade rara do ex-Presidente Castello Branco, que tanto realizou pelo Brasil e a Revolução. Grande estadista, a ele ficamos devendo obra que o tempo dará sempre dimensões maiores.

Devo, ainda, destacar a presença naquela bela homenagem de Dona Antonieta Diniz e do Sr. Paulo Castello Branco, filhos do ex-Presidente, cuja amizade muito prezo.

Não poderia, de modo algum, deixar de exaltar o Governador e o povo carioca pela justa homenagem que prestaram à memória de um dos grandes estadistas do Brasil, o Marechal Castello Branco, que colocou sua vida inteira a serviço do País e, na Presidência da República, retirou o Brasil de uma situação caótica, governando democraticamente, a despeito da situação anômala daqueles atribulados dias.

A presença do Marechal Castello Branco permanece por demais viva. Não sei se essa presença ainda mais se aviva em homens que, como nós, tivemos a feliz oportunidade do seu convívio, e recebemos também a grandeza da sua confiança traduzida numa tão árdua quanto honrosa missão a ser cumprida. A presença do Marechal Castello Branco se faz viva neste País, não só na memória daqueles que privaram da sua amizade, e puderam com ele conviver, sentindo de perto o quanto de dignidade, de amor à causa pública, de espírito de renúncia, de firmeza de caráter e de humildade ele era possuidor, como também nos próprios rumos da vida política e administrativa deste País que foram profundamente marcadas por Castello Branco e adquiriram características que o farão para sempre lembrado.

Castello Branco está ligado, indissolivelmente, a uma página muito importante da nossa História, não só por ter sido o primeiro Presidente da Revolução, mas, sobretudo, pela ação que soube desenvolver como estadista que se revelou num dos momentos mais cruciais da vida brasileira.

Castello Branco encarnou com propriedade aquela frase que se transformou em ideário de ação: "À Pátria tudo se dá e nada se pede". De fato, poucos como Castello Branco terão cumprido tão zelosamente o ideal de servir à Pátria sem jamais servir-se, de sacrificar-se sempre sem jamais buscar recompensas. Isso, ele o demonstrou nos campos de batalha da Itália, e em toda a sua austera vida de militar. Isso, ele o demonstrou coroando a sua vida pública, ao exercer a Presidência da República. A vida de Castello Branco é por conseguinte um exemplo vívido para as futuras gerações de brasileiros e nada mais justo de que cultivar a sua memória assinalando na perpetuidade do bronze a grandiosidade da sua existência.

De Castello Branco, poder-se-ia dizer, parodiando a frase do grande sergipano Gilberto Amado, ao fazer o necrológio de Raul Soares:

"A sua cabeça era cheia de idéias, o seu coração cheio de ideais, a sua vontade cheia de energia, e o seu caráter merece a velha comparação, aí justa, o seu caráter, era da tempera dos metais incorruptíveis".

Eterniza-se no bronze a quem já se eternizou no coração da Pátria. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Adalberto Sena)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Jarbas Passarinho. (Pausa.)

S. Exª não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Luiz Cavalcante.

**O SR. LUIZ CAVALCANTE (Alagoas) (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)** — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Retorno esta tarde ao meu tema predileto, o petróleo. Desta vez com o objetivo principal de ler e, portanto, inserir nos Anais desta Casa um artigo do jornalista Murilo Melo Filho, a que a Revista *Manchete* deu guarida, em seu último número, sob o seguinte título: "O Petróleo é Nosso?" À guisa de síntese do pensamento do autor, encimam o título os seguintes dizeres: "O Brasil deve atrair técnicas e capitais estrangeiros, sejam eles russos, americanos, árabes ou ingleses, para fazer contratos de serviços com a PETROBRÁS na pesquisa do subsolo e da plataforma submarina."

É o seguinte o texto do artigo:

"Se o Brasil continuar importando petróleo nesse preço e nesse volume, estarão seriamente ameaçados quase todos os objetivos e esperanças nacionais. Pagaremos este ano US\$ 3 bilhões pelos 600 mil barris diários que estamos importando para acrescentar-se aos quase 200 mil que já produzimos diariamente. No próximo ano, talvez tenhamos de pagar US\$ 4 bilhões. No ano seguinte, US\$ 5 bilhões. Até onde podemos ir gastando, num item apenas, quase todo o dinheiro penosamente produzido em milhares de itens exportados? Até quando o organismo nacional poderá esvair-se nessa sangria dolorosa e perigosa? O impasse é muito grave e muito sério.

Economizar combustível não é uma solução, mas apenas um paliativo, que traz em seu bojo todo um elenco de restrições e de retrocessos. A solução é descobrir petróleo. Países como o Uruguai, o Japão ou a Suíça não têm sequer a esperança de tentá-lo. Mas o Brasil tem essa chance, porque dispõe de um enorme espaço terrestre e de uma imensa plataforma marítima, ainda não pesquisados em sua quase totalidade. Pode ser inclusive que o Brasil realmente não tenha petróleo em quantidade considerável, numa confirmação do famoso Relatório Link. Mas temos pelo menos a obrigação e o dever de procurá-lo intensamente, perfurando-o com o maior número possível de sondas — outra mercadoria também agora já muito escassa e cara, porque se intensificou no mundo todo a corrida pelo novo ouro. A Natureza terá sido irônica conosco se não tiver destinado petróleo a uma superfície de 8 milhões e 511 mil quilômetros quadrados, além das 200 mi-

lhas submarinas, que até o próprio cálculo das probabilidades torna promissores. Não é provável também que ele se detenha justamente no limite das nossas fronteiras com o Peru, a Venezuela, a Bolívia e não passe um pouco para o lado de cá.

A PETROBRÁS está fazendo um admirável esforço e gastando na prospeção a maior soma possível de dinheiro a seu dispor: Cr\$ 1 bilhão e 735 milhões só este ano. Seus geólogos e engenheiros, competentes, dedicados e patriotas, estão devassando o subsolo e o litoral numa procura quase dramática. Basta sobrevoar as torres plantadas ao largo do Recôncavo, de Campos, ou dos poços de Mero, Robalo, Caioba, Dourados, Guaricema, Camorim, Carmópolis e Macau, ou ainda das longínquas áreas no Solimões, no Javari, no Acre, no médio Amazonas e em Siquirana, para se admirar o heroísmo desses jovens técnicos contra as marés e a profundidade do oceano. Basta igualmente conhecer o trabalho que a PETROBRÁS, através da BRASPETRO, está realizando no Irã, na Nigéria, no Egito, na Líbia, na Venezuela, em Madagascar e na Bolívia, com áreas concedidas pelos seus governos ao Brasil, para se concluir que o empenho brasileiro na busca de óleo já se ampliou além das nossas fronteiras.

Acontece, porém, que o problema é bem mais urgente e angustiante. Cada dia que passa, estamos gastando na importação de petróleo quase US\$ 10 milhões, que praticamente não temos, pois os desvios de outras necessidades prementes. Também a cada dia que passa a demanda reprimida só tende a aumentar, inclusive porque, se sonharmos em manter um progresso econômico de 10% ao ano, teremos necessidades cada vez maiores de combustíveis. A urgência será tanto maior quanto mais se saiba que um lençol petrolífero, descoberto agora, só entrará em plena produção daqui a três anos. Não há tempo a perder, pois. Tornou-se necessário empreender imediatamente uma alucinante disputa de cada minuto contra os ponteiros do relógio.

Como? Simplesmente atraindo do estrangeiro para o nosso setor petrolífero as técnicas e os capitais que nos faltam e que podem vir de quaisquer partes do mundo; da Rússia, dos Estados Unidos, da Tchecoslováquia, da Holanda, da Itália, da Polônia, da Inglaterra e dos países árabes, sem nenhuma discriminação de ordem política, ideológica ou racial. Já somos suficientemente adultos e fortes para não recermos a colaboração estrangeira, num mundo cada vez menor e mais interligado. Dizer estas coisas há 20 anos, quando o barril de petróleo custava menos de 1 dólar, seria entreguismo. Dizê-las hoje, quando estamos pagando, às companhias estrangeiras, 15 vezes mais pelo barril é prova do mais autêntico nacionalismo, de defesa das nossas divisas cada vez mais difíceis de produzir e de salvaguarda justamente do dinheiro de que precisamos para realizarmos o desenvolvimento e chegarmos a emancipação definitiva. O Brasil já admite o capital estrangeiro na petroquímica, nos bancos de investimento, no mercado de ações e em vários outros segmentos importantes da vida nacional. Já o admite na própria distribuição de petróleo, que é uma espécie de *filet mignon*, sem riscos, nem perigos ou incertezas. Porque não o admitir na exploração e na pesquisa, que são o osso duro de roer, onde tudo é arriscado, perigoso e incerto?

Por uma feliz coincidência, está na Presidência da República um dos poucos homens públicos deste País com autoridade política, militar, moral e técnica para atrair os capitais estrangeiros que nos queiram ajudar a descobrir petróleo. Se o General Ernesto Geisel, que foi um dos grandes presidentes da PETROBRÁS, tomar esta decisão históri-

ca, ninguém lhe poderá, em sã consciência, levantar a menor crítica ou suspeita. Sabe-se ainda que:

1. A maioria do governo é favorável à celebração dos contratos de serviço, embora se ressalve que a decisão final será da exclusiva competência do Chefe de Estado, enquanto se concluem os estudos atualmente em curso ao nível dos mais altos escalões.

2. Diante da crise, aumentou o interesse internacional e já existem pelo menos quatro propostas concretas de firmas e governos estrangeiros para extração de petróleo no Brasil, dentro das exigências e condições de prazo e pagamento que nós estabelecemos, inclusive concedendo-lhe apenas as áreas mais ingratas e reservando as melhores para a PETROBRÁS.

3. Uma sondagem de opinião pública, recentemente feita, revelou que o povo brasileiro quer petróleo e gasolina mais abundantes e baratos, venham de onde vierem e seja de que jeito for, pois a terrível verdade é que há apenas um ano ele pagava 80 centavos pelo mesmo litro que agora caminha para custar mais de 2 cruzeiros, com todos os tremendos reflexos dessa triplicação sobre o custo de vida.

A fórmula dos contratos de serviço é muito simples e foi, inclusive, adotada no todo ou em parte, de um modo ou de outro, pelo México, Venezuela, Irão, Líbia e Arábia Saudita, — aqui o autor esqueceu-se de nomear o Equador, Peru, Bolívia e Colômbia — “que depois de descobrirem petróleo com a técnica e os capitais estrangeiros — tornando-se auto-suficientes e exportadores — nacionalizaram as empresas, assumiram o controle dos equipamentos, apropriaram-se das instalações e nada lhes aconteceu. Nenhum *mariner* desembarcou mais nas suas praias. Nós podemos aprimorar a fórmula, evitando seus erros, corrigindo as imperfeições e reduzindo a zero a margem do risco. O Ministério das Minas e Energia, a PETROBRÁS e o Conselho Nacional de Petróleo, à cuja frente se encontram líderes e administradores civis e militares, da maior lucidez, honradez e capacidade, comandarão o processo de execução e fiscalização desses contratos, que servirão para fortalecê-los ainda mais. Os poços continuarão sendo nossos. O petróleo também. Não teremos cedido aos estrangeiros um centímetro sequer de propriedade do nosso subsolo. O monopólio estatal continuará intocável e absoluto, tal como foi consagrado na Lei nº 2.004, de 1954, e como tendo sido consolidado, até agora, como um pressuposto básico da segurança nacional. Desse monopólio jamais abriremos mão, porque ele representa, inclusive, uma conquista importante e inalienável de todo o povo brasileiro.

O que não podemos é continuar pagando, com o nosso suor e sangue, cada litro de óleo pelo preço que os produtores estrangeiros bem quiserem e entenderem. O que não devemos é prosseguir indefinidamente submissos a esse processo internacional de espoliação. Devemos ter coragem suficiente para rever as concepções e as idéias fixas que a própria dinâmica do mundo vai modificando e tornando ultrapassadas. As privilegiadas nações produtoras de petróleo assim o quiseram e determinaram. O importante e urgente é ter petróleo brotando na superfície, ao alcance das aflitivas necessidades do nosso progresso, e não debaixo da terra ou do mar, onde nada valem e tenderão a valer menos ainda em futuro próximo, quando novas fontes de energia tiverem sido inevitavelmente descobertas.

Se mesmo sem petróleo já estamos realizando, há vários anos, o milagre de um progresso continuado e firme, imagine-se então o que será o Brasil com auto-suficiência de petróleo. Esta é, portanto, uma questão que fala muito de perto com os interesses presentes e futuros da independência e da soberania nacionais. Por isto mesmo, não poderá ser resolvida com

slogans, frases feitas, chavões, obsessões ou passionaisismos. Mas sim, com bravura, dignidade e correção, vontade de acertar, cabeça fria, objetividade, visão realista, coragem e patriotismo.

Finda aí o artigo.

Murilo Melo Filho é autor de três livros: "O Desafio Brasileiro", com 16 edições, prefaciado pelo Ministro Reis Velloso; "O Milagre Brasileiro" — este que tenho em mãos — com 10 edições, prefácio do Ministro Delfim Netto, e "O Modelo Brasileiro" — o mais recente — em terceira edição, prefácio do Ministro Mário Simonsen.

Estes três livros constituem como que uma versão moderna do meu saudoso livro de leitura de escola primária: "Porque Me Ufano do Meu País", do Conde de Afonso Celso. Aliás, Murilo Melo Filho, nos seus três livros, faz constantes referências a ufanismo, à ufanina e a Afonso Celso. Vejamos uma dessas referências, no prefácio de "O Milagre Brasileiro":

"Nessa análise, os brasileiros costumam dividir-se, diante do Brasil, em três categorias distintas:

1. Os excessivamente ufanistas e românticos, que vêm tudo através de óculos cor-de-rosa, buscando nas reservas do subsolo e nos segredos da terra aqueles prodígios sublimados pelo Conde de Afonso Celso.
2. Os exageradamente pessimistas e céticos, que vão encontrar em razões étnicas, ecológicas ou culturais a certeza da nossa inviabilidade e descobrem no caipira toda a simbologia de um povo sem perspectiva.
3. Os positivamente realistas e objetivos, que não se iludem mais com sonhos fantasiosos e mirabolantes, mas que se debruçam tecnicamente em números e possibilidades para chegar a conclusões seguras."

É nesta categoria, Sr. Presidente e distintos Colegas, que creio estar eu inserido.

E finda Murilo Melo Filho o prefácio de seu livro:

"O gigante adormecido e deitado eternamente em berço esplêndido desperta agora para recuperar o tempo perdido e ingressar, como membro efetivo, no clube dos países prósperos. E o faz convencido da necessidade de correr contra os ponteiros do relógio, a fim de eliminar o gap que o separa do mundo desenvolvido.

Numa corrida de tanta velocidade, serão irremediavelmente deixados para trás os vagarosos, os lentos, os preguiçosos e os sonhadores.

O Brasil de hoje tem pressa. Para ele soou a hora do desafio e do milagre."

Ainda Murilo Melo Filho, no seu terceiro livro, "O Modelo Brasileiro", à página 170, faz uma referência muito honrosa a um autor da minha preferência particular, que é o Major Luiz Cavalcante, conforme é conhecido lá nas Alagoas.

O artigo da Manchete que venho de ler, Sr. Presidente, reconhece o esforço enorme da PETROBRÁS. É um artigo sem qualquer exagero. A bem dizer, se exagero há, é apenas quando diz Murilo Melo Filho que a produção atual de petróleo é de 200 mil barris diários — di-lo duas vezes no seu trabalho: Aqui, ele equivocou-se de pouco, e afinal de contas não tenho a intenção de catar pulgas em leão.

Mas, tenho em mãos o próprio Relatório da PETROBRÁS referente ao primeiro semestre deste ano, publicado em todos os grandes jornais do Brasil. Diz o próprio Relatório:

"11. A produção de petróleo bruto alcançou, no período, cerca de 5 milhões de metros cúbicos (31,5 milhões de barris), que representa a média diária de 174 mil barris."

Faltam ainda para completar o número de Murilo Melo Filho, 26 mil barris — o que não é coisa que se jogue fora.

No ano passado, pelo Relatório da PETROBRÁS, que tenho em mãos, a média diária, para todo o ano, foi de 170 mil barris. Agora, 174 mil. Houve, portanto, um aumento de 2% na produção de petróleo, no primeiro semestre deste ano.

E qual teria sido o aumento do consumo de petróleo no Brasil no primeiro semestre? Quem vai dizer é o Relatório da PETROBRÁS. Esclarece o Relatório que, no primeiro semestre de 1974, o aumento do consumo dos principais derivados do petróleo foi de 11,5%. Então, 2% o aumento da produção, e 11,5% o aumento do consumo. Se a produção e o consumo tiverem, no segundo semestre, o mesmo comportamento que no primeiro, chegaremos ao fim do ano com:

Produção: 10 milhões de metros cúbicos.

Consumo: 46 milhões e 900 mil metros cúbicos.

E a correlação, produção-consumo, será de precisamente 21,3%.

Desse modo, se cumprirá o vaticínio do General Ernesto Geisel quando, ao transmitir a Presidência da PETROBRÁS, e após arrolar os êxitos da empresa, assim concluiu:

"Contudo subsiste a grande vulnerabilidade decorrente da deficiente produção de óleo cru no País, em confronto com o consumo. A correlação é presentemente — no ano passado — de 25%, com tendência a se reduzir com o crescimento da demanda."

Então, concretiza-se em mais um ano, a tendência da diminuição da correlação entre a produção e o consumo.

Dos relatórios da PETROBRÁS extraímos que em 1971 essa correlação, em números redondos, foi de 29%; em 1972, baixou para 26%; em 1973 baixou para 23% e, agora, em 74 baixará, possivelmente, para 21%, para mais ou também um pouco para menos.

E teremos de importar, neste ano, 36 milhões e novecentos mil metros cúbicos, ou seja, duzentos e trinta e dois milhões de barris.

Qual será o dispêndio? O relatório não menciona o preço pelo qual o petróleo está sendo adquirido este ano. Mas o *Jornal do Brasil* de 1º de junho de 74, diz:

"O Brasil chegou a pagar 16 dólares por barril, conforme lembra o Ministro Ueki. E, agora, o preço internacional está em 13 dólares."

O *Correio Braziliense* de 23 de agosto, mais recente, atribui ao Ministro Ueki estas palavras:

"O Brasil está pagando atualmente o preço CIF médio entre 12,20 a 12,30 dólares o barril."

Então, Sr. Presidente, não é nenhuma temeridade, nenhum exagero tomarmos, como preço médio, 13 dólares o barril. E, neste caso, os duzentos e trinta e dois milhões de barris que teremos de importar irão nos custar um pouco mais de 3 bilhões de dólares. Ao câmbio atual serão mais de 21 bilhões de cruzeiros.

Pois bem, a despesa prevista no Orçamento da União, neste ano de 1974, com os três Ministérios militares — Exército, Marinha e Aeronáutica, vigas mestras da defesa nacional, vai apenas a 7,8 bilhões de cruzeiros. A 21 bilhões de cruzeiros não chega nem mesmo a soma das dotações destinadas a todos os 16 Ministérios da República, no corrente ano, inclusive as dotações da Presidência da República, do Poder Legislativo e do Poder Judiciário.

Vê-se, pois, que a Nação desperdiciará este ano quase três vezes mais com a aquisição de petróleo do que com as suas Forças Armadas em conjunto. Logo, o petróleo constitui, de longe, nossa maior vulnerabilidade reconhecida pelo General Ernesto Geisel ao dizer, recentemente, que "o petróleo é o nosso maior problema".

O Sr. Helvídio Nunes (Piauí) — V. Exª me honra com um aparte?

O SR. LUIZ CAVALCANTE (Alagoas) — Com muita honra e muito agrado, porque estou cansadíssimo, meu distinto colega.

**O Sr. Helvídio Nunes (Piauí)** — Nobre Senador Luiz Cavalcante, como a Casa, entendo que V. Exª é um estudioso do problema do petróleo, um estudioso sério e, sobretudo, autêntico. Em razão desta seriedade e desta autenticidade, V. Exª defende uma política que não seja a do monopólio estatal, na exploração e na produção do petróleo. Eu sou apenas um curioso desse assunto, talvez vítima da propaganda oficial, mas confesso que ainda não encontrei, apesar do esforço reiterado de V. Exª, argumentos que me tenham sensibilizado, e, sobretudo convencido profundamente a mudar de orientação. Estranhei, e posteriormente fiz questão de verificar, lendo o artigo que V. Exª, também lendo, vai transcrever nos anais da Casa, o seguinte tópico:

“Dizer estas coisas há 20 anos, quando o barril de petróleo custava menos de 1 dólar, seria **entreguismo**. Dizê-las hoje, quando estamos pagando, às **companhias estrangeiras**, 15 vezes mais pelo mesmo barril, é prova do mais **autêntico nacionalismo**.”

Aqui está uma confissão escrita, de que há vinte anos o preço do petróleo subiu apenas quinze vezes. Face a taxas cambiais flexíveis há vários anos, será que os produtos com que se faz a agricultura, será que os produtos industriais, será que os serviços aumentaram apenas nessa proporção, durante os últimos vinte anos? É o esclarecimento que desejo alcançar de V. Exª.

**O SR. LUIZ CAVALCANTE (Alagoas)** — Eu vou desbordar a pergunta de V. Exª, que constitui a parte final do seu oportuníssimo aparte, para me ater, justamente, ao início dele, quando V. Exª me capitula entre os revisionistas do monopólio estatal. Não nego que admita a revisão do monopólio estatal. Mas, não precisa chegar a tanto, porque estamos numa era de pragmatismo, estamos felizmente no Brasil, País fértil em fórmulas, como de resto outras nações, e já se descobriu que para atrair o capital estrangeiro não é preciso revogar o monopólio estatal.

Há duas soluções: os contratos de serviço que são esses que têm feito a auto-suficiência da Bolívia, do Peru, do Equador, da Colômbia, da Venezuela, de todos os Países Árabes; e há a fórmula dos **royalties**, que é aquela em que o País hospedeiro paga a produção que a companhia estrangeira alcançar.

A BRASPETRO está perfurando na Líbia sob a forma de contrato de serviço. Na Líbia vai caber ao Brasil o correspondente a 15% do petróleo extraído.

O nosso distinto colega Jarbas Passarinho, ex-Ministro da Educação e Cultura, e também antigo Diretor da PETROBRÁS na região amazônica, a ele também repugna a derrogação do monopólio. S. Exª fez recentemente uma defesa exuberante, eloquente e conveniente da PETROBRÁS, neste Plenário. No final do seu discurso, ele diz simplesmente isto que passo a ler literalmente:

“Admito e talvez seja esse o ponto de vista que depois discutirei com o Senador Luiz Cavalcante, uma hipótese que em nada fere o monopólio do Estado, e tanto não o fere que o exerce a PEMEX que faz o monopólio no México, invertendo o velho sistema colonial e explorador; é ela que paga os **royalties** àqueles que querem vir, com ela, correr riscos na descoberta do petróleo, se houver companhias interessadas nisso — elas que estão sendo expulsas de outras partes do mundo — que venham e recebam uma taxa natural de lucro, porque ninguém vem apenas perfurar para, depois, receber em óleo o valor da perfuração, que é lotérico, que é duvidoso, mas que receba o valor natural do seu trabalho e uma taxa adicional de lucro que a PETROBRÁS estabeleça, como faz a PEMEX. Ai, acredito que teremos um influxo de capital.

É justamente esse influxo de capital, meu nobre colega Helvídio Nunes, que desejo, de uma forma ou de outra. Aliás, não me parece que nos contratos de serviço ou pagamento de **royalties** haja diferença fundamental. É coisa como se chamar “Francisco” ou simplesmente “Chico”, no meu fraco entendimento.

Mas, Sr. Presidente, o que há de mais penoso nesses três bilhões de dólares que desperdaremos este ano — Sr. Presidente, já começo a me apouquentar por ver que o impaciente vagalume da mesa chama minha atenção para o tempo, que se esgota. Possivelmente, a sessão de hoje não será daquelas duradouras, causadas pelas discussões do Senador Franco Montoro. Assim, rogo a V. Exª... Já me sinto calmo ao ver que a luz da mesa se apaga. Muito obrigado — com o petróleo, é que eles se esvaem, na sua maior parte, no instante fugaz de uma fração de segundos, porque o grosso do petróleo importado é queimado nos cilindros dos automóveis e dos caminhões, já que 63% do transporte, no Brasil, é feito por via rodoviária. Então, esses três bilhões de dólares, queimados numa fração de segundo, vão impedir que o País possa adquirir bens de capital que vão durar décadas, como é o caso, por exemplo, dos geradores das nossas hidrelétricas, de que tanto necessitamos.

O mês de agosto findo, com um **deficit** na balança comercial do Brasil de 3,5 bilhões de dólares. Não é segredo para ninguém que em serviços iremos despendar mais dois bilhões de dólares e com a amortização da dívida, outros dois bilhões. Então o nosso **deficit** em conta corrente, este ano, será, na melhor hipótese, infelizmente, de nove bilhões de dólares. Nove bilhões de dólares que só podem ser cobertos de duas maneiras: ou por investimentos diretos do estrangeiro ou por empréstimos.

Então, Sr. Presidente, Srs. Senadores, na verdade, vamos tomar dinheiro emprestado para queimar 36 milhões de m³ de gasolina e óleo diesel no instante fugaz de uma fração de segundos. Isto é terrível!

Tenho aqui um gráfico feito por mim, catando dados aqui e acolá, onde localizei todas as usinas hidrelétricas, já construídas, em construção e as projetadas, na fértil bacia do Rio Paraná. Com estes três bilhões de dólares poderíamos adquirir todos os geradores para a grande usina de Itaipu, que vai produzir 10 mil MW. Adquiriríamos também os geradores da projetada usina de Ilha Grande, um pouco mais acima, no Rio Paraná, cerca de 2 mil e seiscentos megawatts. Adquiriríamos, ainda, os geradores da usina de Porto Primavera, de dois mil megawatts. Adquiriríamos os geradores restantes de Ilha Solteira, que é de 3.600 megawatts, mas ainda gerando menos de dois mil megawatts. Indo para o Rio Grande, adquiriríamos os geradores da Usina de Água Vermelha de 1.380 megawatts, em construção. Adquiriríamos os geradores da Usina de Igarapava — 684 megawatts —, como está previsto, e mais as pequenas Usinas de Funil e de São Miguel. Adquiriríamos, também, no Rio Tietê, os geradores da Usina de Dois Irmãos — 300 megawatts. Adquiriríamos os geradores da Usina de São Simão, no Rio Parnaíba — 2.500 megawatts. E, adquiriríamos, as Usinas Usinas projetadas, para este mesmo rio, de Itumbiara, Anhanguera, Emborcação, Cachoeira do Sertão, Bocaina e Escada Grande.

De sobra, Sr. Presidente, e com muita sobra ainda, adquiriríamos os geradores da Usina de Tucuruí, ligada ao projeto de Carajás. Adquiriríamos, outrossim, os geradores da projetada nova e grande Usina, entre o meu Estado e o Estado do Senador Lourival Baptista, nas proximidades de Piranhas, no Rio São Francisco.

Sr. Presidente, o dispêndio com os geradores de todas essas usinas ainda que multiplicados por dois não chegaria a três bilhões de dólares! E eles — os geradores — durariam, pelo menos, 30 anos, tempo infinitamente maior do que aquele fugaz instante em que 36 milhões de metros cúbicos de petróleo serão queimados, este ano, nos cilindros dos automóveis e dos caminhões, no Brasil!

Como homenagem, Sr. Presidente, a jornais onde tenho colhido subsídios para essa minha constante arenga em torno do petróleo, vou ler de cada um deles tópicos de artigos recentes. Em primeiro lugar, o editorial do **Jornal do Brasil**, do dia 7 do corrente:

“A BRASPETRO, subsidiária internacional da PETROBRÁS, passou a atuar em mais um país: a Líbia. É este o sétimo país onde a nossa companhia aplica equipamen-

tos, capitais e técnica em busca de novos campos petrolíferos. No propósito de assegurar petróleo em quantidade adequada aos níveis de crescimento do nosso país, a PETROBRÁS expandiu-se adotando o espírito empresarial e pragmático.

A Líbia, país árabe produtor de petróleo, ao assinar contrato com a BRASPETRO, para exploração de vasta área ao Sul e Sudeste de Trípoli, não abriu mão da nacionalização de seu petróleo. O contrato determina que do petróleo porventura encontrado e extraído, 85% ficarão naquele país, cabendo a porcentagem restante à empresa brasileira."

Conforme eu disse ao eminente colega Helvídio Nunes.

"O convênio celebrado interessa às duas partes. A Líbia continuará a deter sua principal riqueza. Se jorrar petróleo na área da concessão, tanto melhor para a sua auto-suficiência."

Se não jorrar petróleo, tanto pior para o Brasil, que nada vai receber.

"Nada impede que acordos semelhantes sejam feitos aqui. Na pesquisa e lavra de petróleo em nosso subsolo e na plataforma submarina, a PETROBRÁS não empreende apenas uma corrida contra o tempo. Desafia, também, a curva de aumento de consumo. O último relatório da empresa estatal — a que me referi — demonstrou que, não obstante os novos poços perfurados, e em pleno regime de exploração econômica, continuamos, em termos de fornecimento próprio, no ano de 1969."

Na verdade, Sr. Presidente, ainda não foi batido o recorde de 10 milhões de metros cúbicos, estabelecido em 1969.

"O avanço do consumo estará sempre à frente de novas descobertas. Por outro lado, o preço internacional do barril de petróleo desaconselha a política gradualista de busca de outros lençóis unicamente através da PETROBRÁS. Por maiores que sejam os recursos da empresa, eles serão amesquinhados pela necessidade e urgência de avançarmos com maior decisão e rapidez no caminho da auto-suficiência. Obter mais petróleo — principalmente se extraído de nossas jazidas — é o que importa nesse momento.

Se esse tipo de negócio, na base de uma cota de 15% para a empresa exploradora, interessa à PETROBRÁS no exterior, interessará mais ainda em nosso país."

Cabe, aqui, por minha vez, aos que temem a participação estrangeira na pesquisa e na produção de nosso petróleo, perguntar: do ponto de vista da segurança nacional, principalmente em caso de conflito armado, em que sejamos diretamente envolvidos ou não, o que oferece maior garantia ao Brasil: Petróleo extraído pela BRASPETRO no estrangeiro, ou petróleo extraído no Brasil por estrangeiro? Cada um que responda, com consciência, a esta pergunta.

E O Estado de São Paulo de 22 de setembro diz:

"Hoje, o Brasil tem sua soberania indubitavelmente assentada em bases sólidas, fruto de um trabalho consciencioso e efetivo no setor desenvolvimentista e de segurança nacional. Só teríamos a lucrar, assim, se obtivéssemos o auxílio do capital estrangeiro para a pesquisa, prospecção e extração do petróleo, pois obteríamos resultados mais rápidos, diante das necessidades crescentes, sem correremos o risco da influência direta ou indireta do interesse estrangeiro em nossos negócios. A presente crise mundial do petróleo exige novas soluções, prontas e eficazes, desde que garantidas conforme nossas conveniências.

2) por outro lado, a PETROBRÁS desenvolveu-se enormemente, nos últimos anos, chegando a se associar, no estrangeiro, para a pesquisa de novas jazidas; por que, então, deixaríamos de adotar, aqui, os métodos e a filosofia que seguimos lá fora?"

É a pergunta que faz O Estado de São Paulo: Por quê? Visão, em seu número de 8 de julho, argumenta:

"É preciso enfrentar sem vacilação o problema da exploração de petróleo em território nacional. Isso se quisermos resolver duas questões igualmente graves: de um lado, a segurança do abastecimento; e, de outro, a manutenção da capacidade de importar bens e matérias-primas que o desenvolvimento do Brasil exigirá em quantidades cada vez maiores."

E, por fim O Globo. Mas, em relação a O Globo, não vou ler nenhum tópico dos seus brilhantes editoriais. Lerei simplesmente a carta de um leitor, uma carta que está publicada na edição de 22 de fevereiro de 1974, e que eu guardei, zelosamente, à espera deste momento. Diz o missivista — Antonio Camargo, de Cuiabá:

"Na qualidade de bom brasileiro, quites com o Imposto de Renda e outras obrigações de cidadão, acho que tenho o direito de solicitar, por intermédio desse jornal, que esclareçam não só a mim como a milhões de brasileiros porque a PETROBRÁS não pesquisa petróleo na região do Pantanal, zona rica, riquíssima mesmo, em gás e petróleo?"

Conheço aquela região como a palma da minha mão. Em certas áreas, o cheiro de gás que aflora do subsolo é tão forte que causa mal-estar às pessoas. A ocorrência de lama de petróleo também é notória, em muitas partes. Vou contar-lhes um fato que se passou comigo e amigos meus, em certa ocasião: ao acendermos uma fogueira para fazer a nossa comida, notamos que as madeiras, galhos secos do chão, estavam impregnados de um barro preto cheirando a petróleo e que este barro pegava fogo com muita facilidade e, assim, fizemos nossa comida na terra preta, em muitos lugares em que a encontramos.

O Governo brasileiro vem, ultimamente, solicitando à Bolívia esses produtos que, tenho a certeza, temos em abundância, de nosso lado, em quantidade que daria para abastecer o mundo

Por que à Guerra do Chaco — custeada pela SHELL e pela STANDAR OIL — foi dado tal nome? Sabe-se muito bem! A zona do Pantanal poderia ser o pólo químico do País e, por que não, do mundo? E seria evitada a poluição em áreas próximas às grandes cidades."

Da carta o jornal transcreve apenas os trechos que ele achou mais expressivos.

A propósito do Pantanal, Sr. Presidente, Srs. Senadores, incluíse ele nas áreas sedimentares, áreas propícias à ocorrência do chamado ouro-negro.

Data de 1883 a visão profética de São João Bosco, da existência de imensas jazidas no Pantanal mato-grossense. Assim descreveu, o próprio Santo, o seu maravilhoso sonho:

"Eu enxergava nas vísceras das montanhas e nas profundezas das planícies. Tinha, sob os olhos, as riquezas incomparáveis dessas regiões, as quais, um dia, serão descobertas. Eu via numerosos minérios de metais preciosos, jazidas inesgotáveis de carvão de pedra, depósitos de petróleo tão abundantes como jamais se acharam noutros lugares."

Entre os muitos crentes na profecia de São João Bosco figurava o inolvidável Monteiro Lobato, cuja vida foi abreviada pela árdua luta travada na afirmação da riqueza do nosso subsolo. Mais do que ninguém, acreditava Lobato ser esta terra de tal maneira dádiosa, que, em se pesquisando bem, ela tudo dá, até petróleo em abundância!

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, Srs. Senadores. (Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)

O SR. PRESIDENTE (Adalberto Sena) — Concedo a palavra ao nobre Sr. Senador Fausto Castelo-Branco.



**O SR. FAUSTO CASTELO-BRANCO (Piauí) (Pronuncia o seguinte discurso). —** Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Modernamente, a esperança de vida e o bem-estar geral das populações desenvolvidas atingiu níveis tão satisfatórios, que as calamidades devastadoras, as epidemias com altos índices de mortalidade e letalidade encontram-se praticamente superadas e fazem parte da História.

Os povos em desenvolvimento, ao contrário, continuam lutando com os problemas, derivantes dessa impossibilidade de acesso ao progresso científico e, por isso mesmo, mostrando uma situação sanitária da mais trágica uniformidade: a natalidade, a mortalidade geral e infantil são tão elevados que se afiguram irreais ante o modelo atual de desenvolvimento. Os índices de prevalência de doenças passíveis de prevenção, como a má nutrição, as doenças próprias da infância e parasitárias, comportam-se como fatores importantes do obituário, o quadro de penúria é consideravelmente agravado pela falta de sistemas de abastecimento d'água e rede de esgotos, hospitais e dispensários e, sobretudo, por uma grave carência de recursos humanos para a saúde.

O desenvolvimento das ciências médicas, gerando uma tendência quase incoercível à especialização, vem concorrendo para subtrair do campo estrito da Saúde Pública médicos dotados de uma visão global dos problemas. O rápido crescimento da população, a amplitude das migrações, as exigências cada vez maiores no campo social e os limitados recursos econômicos são outros tantos fatores indicativos de que os recursos e as instalações técnicas disponíveis devem ser usados de maneira mais racional e rentável.

As inovações curriculares, impostas pelas contingências modernas, induzem os médicos e os demais especialistas em Ciências de Saúde a valorizar cada vez mais os vínculos que unem as doenças aos problemas sociais e econômicos: a pobreza, a fome e a maciça explosão demográfica. À luz de novos enfoques, crescem as evidências causais. E, para solucioná-las, obviamente, será necessário adotar critérios multidisciplinares, com exigências de importantes remanejamentos na composição de grupo sanitário. Além disso, a avaliação das necessidades e objetivos da Saúde Pública, assim como a determinação de demanda de pessoal, terá que se processar num esquema onde a Saúde seja encarada como um todo. Esta visão global da problemática, abre perspectivas para um esforço de racionalização dos serviços, a coordenação de todos os recursos sanitários, a aquisição de importantes informações básicas e a formulação e execução de um plano nacional, apoiado em legislação adequada.

A concepção de um sistema sanitário é uma fórmula abrangente de todas as atividades, oficiais ou não, relacionadas com a prestação de serviços a uma determinada comunidade, e com a sua utilização. E relativamente a pessoal de Saúde, um sistema compreende: o profissional de medicina formado com base em orientação moderna ou tradicional; uma série completa de instalações convenientes; a mobilização de associações profissionais ou de benemerência; recursos financeiros; estudo psicológico sobre as atitudes e preferências da população a ser beneficiada; delimitação nítida das atribuições do pessoal com poder decisório, nos diferentes níveis técnico e administrativos.

As ações sanitárias, assim como os meios disponíveis para sua concretização, dependem universalmente do contexto social e histórico e dos meios pedagógicos e financeiros. Ademais, se cada povo ou indivíduo possui características identificadoras, é natural que muitos traços comuns sejam surpreendidos nos serviços sanitários de todos os países, dentre os quais sobressaem: grau de prioridade concedido aos projetos sobre Saúde; níveis de planejamento e coordenação nos currículos de formação e utilização do pessoal especializado; determinação das fontes financiadoras de cada projeto ou programa.

Finalmente, é estritamente necessário considerar a interação de forças e o grau de relações existentes entre os diversos elementos do sistema sanitário. Poucos são os estudos sobre pessoal de saúde com uma definição clara sobre os elementos forma-

dores de um sistema sanitário total. Tais estudos, em regra, não possuem outra abrangência senão com referência a médicos, dentistas e enfermeiros. É muito comum encontrar entre os modelos de uma organização formadora de pessoal de Saúde, em cujo centro situa-se um médico, uma certa tendência em exagerar a importância dessa profissão em relação a outras profissões, também engajadas, porém não médicas. Entretanto, estou seguramente informado que o ilustre Ministro Paulo de Almeida Machado, da Saúde, designou grupo de trabalho com a tarefa específica de definir cada profissão relacionada num sistema sanitário. Estou aguardando as conclusões desse estudo, para uma avaliação crítica do trabalho, entregue à equipe técnica do Instituto Presidente Castello Branco, da mais relevante categoria e experiência.

Em razão dessas dificuldades, ainda não foi possível definir nem mesmo que seja "pessoal de Saúde", uma expressão comumente usada como simples sinônimo de pessoal, mas que comporta interpretação mais ampla. Por "recursos humanos", de outro lado, entendem-se as aptidões, os conhecimentos e as faculdades de que dispõe ou deveria dispor uma certa comunidade, para atingir seu desenvolvimento econômico e social. A noção de pessoal de Saúde abrange, em regra, os seguintes elementos de composição: Pessoas em condições de exercer ou que se preparam para o exercício de uma função sanitária; características sociais dessas pessoas (cultura, experiência e escala de valores).

Talvez fosse oportuno, aqui, pedir desculpas a V. Ex<sup>ts</sup>. pelo tom talvez exageradamente didático que venho empregando nessa minha dissertação em torno do magno assunto dos Recursos Humanos para a Saúde. Mas, os componentes desses recursos, tão difíceis de individualizar, encartam-se num contexto de tamanha importância e, ao mesmo tempo, ainda tão mal avaliados, que eu não resisti à tentação de tecer essas considerações em torno deles, ao mesmo tempo em que me esforço por situar corretamente a sua complexa problemática.

O planejamento para escolha desse pessoal é talvez a dificuldade mais séria. Nos países que apenas reúnem modestas condições de planejamento, os estudos devem ser encaminhados no sentido de resolver os problemas da mais imediata relevância. Mais tarde, porém, e na medida em que seja possível acumular informações mais minuciosas, o objetivo poderá se alargar para outros problemas, acaso importantes no conjunto de metas do País.

Assim, o Planejamento dos Recursos humanos para a Saúde contempla, de um lado, a problemática sanitária e, de outro, o desenvolvimento sócio-econômico. Esta última meta, dir-se-ia que completa os esforços do planejamento e representa o modo mais simples e direto de extrair dele o máximo de eficiência e rentabilidade. Realmente, não é possível dissociar os interesses relacionados com a saúde, da problemática desenvolvimentista, tão na ordem do dia. Há uma tendência nos meios economistas em considerar o problema da saúde isoladamente, como uma espécie de caudatária da filosofia desenvolvimentista. Nós, médicos, enxergamos o problema através de uma óptica mais ampla e objetiva.

Infelizmente, não dispomos de estatísticas nacionais completas e, por isso, recorri aos dados norte-americanos. Há um completo paralelismo entre os problemas em todo o mundo, evidentemente, e o que ocorre entre comunidades dos Estados Unidos, com as suas implicações sócio-econômicas, repete-se do mesmo modo entre nós. Quero referir-me a um problema relacionado com um grupo de doenças que muitos supunham enraizadas ou pelo menos seguramente controladas, mas que agora estão reaparecendo universalmente, com virulência inusitada e surpreendente: as doenças venéreas, cujo combate exige dispêndios sumamente vultosos, mas que, socialmente falando, representam um proveitoso investimento público. Relatórios norte-americanos confirmam que o programa de controle das venéreas vem exercendo um efeito altamente positivo na economia nacional. A idéia, aliás, de avaliar os benefícios econômicos de um programa de saúde pela comparação com os custos dos mesmos, está muito longe de ser nova. Nenhum sanitarista ignora

que o estilo de argumentos que mais sensibiliza e predispõe favoravelmente à deferição de recursos é que a sociedade (cidade, estado ou nação) obterá consideráveis benefícios pela prevenção de doenças e seu cortejo de malefícios: hospitalizações, incapacitações e mortes. Por exemplo, se as taxas de mortalidade por sífilis, nos Estados Unidos, fossem as registradas no ano de 1939, quando teve início um amplo programa de controle, teriam falecido cerca de 22 mil pessoas em 1968 (ano de dados disponíveis mais recentes, segundo a Organização Mundial de Saúde), ao invés de 2.381, que em verdade ocorreram. Em outras palavras, calcula-se que, como resultado da redução da mortalidade por sífilis, desde 1939, em um só ano (1967), foram salvas cerca de 19.600 de uma morte prematura. As estatísticas norte-americanas demonstram, depois de considerar as mortes causadas pela sífilis para levar em conta a participação na força de trabalho, que os chamados "ingressos perdidos em toda uma vida" ascenderam a 23.455 dólares, por cada óbito ocasionado pela infecção sífilítica. Comparada esta cifra com as 19.600 vidas poupadas, os benefícios para a economia do país representariam mais de quinhentos milhões de dólares, por ano.

Outro exemplo bastante expressivo do retorno das somas investidas no controle da sífilis é oferecido pelo custo da hospitalização de doentes portadores de neuropsicoses sífilíticas: se a taxa de pacientes que ingressam pela primeira vez em instituições para tratamento de doenças mentais fosse, como em 1939, de 6,6 por 100.000 habitantes, teriam dado entrada nesses hospitais umas 13 mil pessoas afetadas de neurossífilis, em 1967, em lugar das 162 que em realidade entraram. A diferença entre estas cifras representa o número calculado das primeiras admissões evitadas ou prevenidas em um só ano (1967), totalizando cerca de 12.800 pessoas. Avalia-se num prazo médio de 5 anos a permanência desses doentes em tratamento hospitalar. E desta maneira a poupança feita com os custos de hospitalização num prazo de apenas um ano, seria estimado em 64.000 anos/hospital. Visto que a manutenção de doentes neurossifilíticos em um hospital, eleva-se atualmente (USA-1968), a 3.226 dólares, por paciente, os benefícios ou economias teoricamente obtidos pelos programas de prevenção somariam mais de 206 milhões de dólares, por ano. Se essa quantia dissesse respeito aos 28 anos transcorridos entre 1940 e 1967, a poupança auferida ascenderia a milhares de milhões de dólares.

Além da poupança, muitos outros benefícios de valor inapreciável foram obtidos, como resultado da redução da perda de produtividade e da hospitalização de pessoas incapacitadas pela neurossífilis e sífilis cardíaca. Um estudo feito pelo professor E. Bruusgaard, na Noruega, avalia que através do controle da sífilis, a partir de 1940, foi evitado que 234.000 pessoas adoecessem de sífilis cardiovascular. E aproximadamente 15.000 fossem poupadas da cegueira sífilítica. Tais conquistas, pela sua extraordinária significação social, não podem ser avaliadas em termos de investimentos.

Em outros tempos, as doenças venéreas constituíram uma das causas mais frequentes de cegueira. A chamada "cegueira neonatorum" ou cegueira do recém-nascido, provocada pela infecção blenorragica da mãe durante o parto, foi em 1907, a causa de 28,2% de cegueira, numa amostragem então colhida num hospital para crianças cegas. Em 1954-1955, a proporção de casos de "oftalmia neonatorum" entre novos alunos de escolas para cegos havia descido para 0,1. Tal redução foi conseguida graças, em grande parte, à disposição legal que tornou obrigatório o uso de gotas profiláticas nos olhos dos recém-nascidos.

Em 1940, calculou-se que 7,9% dos casos de cegueira declarados nos Estados Unidos eram devidos à Sífilis (Queratite Intersticial). Em 1957, essa percentagem havia descido para 3,8%. As ações da Saúde Pública, apoiadas em legislação adequada, eliminaram quase totalmente a cegueira provocada pela blenorragia e a sífilis. Face a essa redução, diminuíram em consequência as perdas sociais e econômicas, tanto para o indivíduo como para a coletividade. Entre os benefícios obtidos com a diminuição da cegueira, conta-se uma

elevação da autoconfiança entre as pessoas, um revigoramento da força de trabalho para as indústrias, além da poupança considerável nos custos de educação para cegos. Embora difícil de determinar o seu valor em termos de economia, tais benefícios adicionais são assinalados para demonstrar que, ainda que bastante dramáticos e expressivos, os dados anteriormente citados são muito incompletos e representam apenas uma parte das possíveis repercussões econômicas impostas pela sífilis. Mesmo assim, tais exemplos (prevenção da neurossífilis e de mortes prematuras) são suficientes para ilustrar que, em razão dos programas contra a sífilis realizadas no passado, conseguiu-se poupança avaliada em cerca de setecentos milhões de dólares.

Mas, Sr. Presidente, já é tempo de voltar ao tema principal deste meu discurso, para frisar que quando se trata de equilibrar as projeções entre a demanda e a oferta, os planejadores, educadores e dirigentes devem dispor de uma boa dose de engenho e imaginação. O modo de abordar o problema varia consideravelmente segundo a perspectiva temporal. A curto prazo, como a oferta é relativamente fixa para todas as categorias de pessoal de saúde, para corrigir o desequilíbrio entre a oferta e demanda é preciso aliviar as necessidades. Quando, porém, o planejamento abarca mais de 5 ou 10 anos, a oferta adquire progressivamente as características de uma variável dependente, enquanto as necessidades se tornam mais independentes. No entanto, mesmo que o número de opções seja maior, o planejador deve considerar certos fatores que podem limitar, às vezes, consideravelmente as possibilidades de expansão da oferta, a fim de enfrentar as necessidades estimadas: considerações econômicas, capacidade das instituições docentes, valores sociais, etc.

No esforço de equilibrar a oferta com a demanda, deve-se ter sempre presente que uma modificação no papel de pessoal da saúde é apenas mais uma medida a que pode recorrer o pessoal da saúde responsável pelas decisões. Novas estratégias devem ser testadas e avaliadas; é muito importante não permanecer atado às tradições, sempre limitantes. Uma boa e saudável medida é o exame da possibilidade de criar novos tipos de trabalhadores sanitários. A princípio, os esforços para dimensionar quantitativamente como a modificação de uma variável influi sobre as demais, no complexo sistema de assistência sanitária, só produzirão resultados de valor limitado. Mas, com a experiência, as técnicas deste gênero permitirão ampliar de muito o âmbito da análise.

Muitos e complexos são os fatores políticos, econômicos e sociais que influem na aplicação de uma política de recursos humanos, valendo menção a estranha incapacidade de se dinamizar os programas, uma vez estabelecidos. Em seu conjunto, tais fatores estariam ligados:

— Às variações da capacidade de um país para executar os programas, em consequência de circunstâncias econômicas e políticas;

— uma incapacidade permanente para compreender ou aceitar plenamente as consequências fiscais, sociais ou educativas do programa.

Em 1970, a 23ª Assembléia Mundial de Saúde enunciou os princípios fundamentais de desenvolvimento dos serviços nacionais de saúde, frisando a importância da planificação sanitária e da utilização de todas as forças disponíveis na sociedade. Uma das conclusões da Assembléia salientava que, entre os princípios aplicáveis, estava o "da formação racional de pessoal sanitário nacional de todas as categorias, requisito essencial para o bom funcionamento de qualquer sistema de saúde, e o reconhecimento, por parte de todo pessoal médico, de sua grande responsabilidade social".

O planejamento dirigido no sentido de alcançar uma equitativa distribuição de pessoal e dos recursos sanitários, implica, no caso de uma economia de mercado, que o setor "Saúde Pública" pode competir com outros setores de atividades para a obtenção de créditos e, no caso de um país com economia planificada, que esse mer-

cado seja objeto de controle mais centralizado. A prática ensina que os esforços desenvolvidos em favor da expansão de um certo setor, pode deflagrar, em contrapartida uma onda de oposição de outros setores. É necessário levar em conta tais problemas, mesmo que pareçam menores.

De outra parte, os hábitos sociais relativos à maneira de receber ou solicitar assistência, estão, via de regra, tão profundamente enraizados que é muito difícil transformá-los. Tudo isso servirá de estímulo aos responsáveis pela introdução ou administração de Programas de Recursos Humanos. De uma forma ou de outra, em termos universais, as dificuldades virão à tona. Tais obstáculos somente serão superados, se todos interessados no programa, administradores e administrados, empenharem as suas energias num esforço coordenado.

O assunto, Sr. Presidente, é longo e fascinante. Trouxe, hoje, apenas alguns aspectos dessa complexa e embaraçosa atividade, tão fundamental aos modernos planejamentos de saúde. Nesse **interfácio**, não quis sair, deliberadamente, da superfície, já que tenciono abordar o problema nos seus vários afloramentos, numa próxima vez. Recceio, talvez, ter-me alongado mais do que devia, mas a isso fui arrastado pela atraente composição sócio-humana do problema. Como médico, então, sinto plenamente a necessidade que se tem de dotar os nossos já antiquados Serviços de Saúde dessas inovações tão válidas e rentáveis. No estado atual de nosso posicionamento em relação à Saúde, creio mesmo que a introdução de novos conceitos na técnica de seleção dos seus recursos humanos, é medida de pura sobrevivência. E não sou uma voz isolada a dizer tais verdades. O eminente Ministro da Saúde tem feito vários pronunciamentos nesse mesmo sentido, e o faz como abalizado porta-voz do consenso de opinião da brilhante e desassistida equipe de sanitaristas deste País. **(Muito bem! Palmas.)**

**O SR. PRESIDENTE (Adalberto Sena)** — O Senhor Presidente da República encaminhou à deliberação do Congresso Nacional, com a Mensagem nº 68, de 1974-CN, o texto do Decreto-lei nº 1.345, de 1974.

Para leitura da Mensagem e demais providências iniciais de sua tramitação, convoco sessão do Congresso Nacional, a realizar-se amanhã, dia 1º, às 19 horas, no plenário da Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE (Adalberto Sena)** — Na sessão de 10 do corrente, a Presidência comunicou ao Plenário o recebimento do Ofício nº S/27, de 1974, do Governador do Estado do Rio Grande do Sul, solicitando autorização do Senado Federal a fim de que aquele Estado possa contratar operação de crédito externo, no valor de US\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de dólares), para o fim que especifica.

A matéria ficou aguardando, na Secretaria-Geral da Mesa, a complementação dos documentos necessários.

Tendo a Presidência recebido aqueles documentos, a matéria será despachada às Comissões de Finanças e de Constituição e Justiça.

**O SR. PRESIDENTE (Adalberto Sena)** — Está terminado o período destinado ao Expediente.

Estão presentes na Casa 33 Srs. Senadores.  
Passa-se à

## ORDEM DO DIA

### Item 1:

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 1974 (nº 2.043-B/74, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que autoriza o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal — IBDF — a alienar imóveis que menciona, tendo

**PARECER FAVORÁVEL**, sob nº 426, de 1974, da Comissão:

— de Finanças.

### Item 2:

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 18, de 1974 (nº 156-B, de 1974, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da tradução do Protocolo de Prorrogação da Convenção sobre o Comércio do Trigo de 1971, aprovado por ocasião da Conferência de Governo, realizada no Conselho Internacional do Trigo, a 22 de fevereiro de 1974, tendo

**PARECERES FAVORÁVEIS**, sob nºs. 439 e 440, de 1974, das Comissões:

— de Relações Exteriores e  
— de Agricultura.

### Item 3:

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 20, de 1974 (nº 155-B, de 1974, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da tradução do Acordo Internacional do Açúcar, de 1973, aprovado por ocasião da Sessão Plenária, de 13 de outubro de 1973, da Conferência das Nações Unidas sobre Açúcar, de 1973, tendo

**PARECERES FAVORÁVEIS**, sob nºs. 460, 461, 462, de 1974, das Comissões:

— de Relações Exteriores;  
— de Economia e  
— de Agricultura.

Não há quorum para deliberação. Em consequência, a votação das matérias constantes da Ordem do Dia de hoje fica adiada para a próxima sessão.

**O SR. PRESIDENTE (Adalberto Sena)** — Ainda há orador inscrito.

Concedo a palavra ao nobre Senador Ruy Santos.

**O SR. RUY SANTOS (Bahia) (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)** — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

O **Jornal do Brasil**, de hoje, sob o título "DASP Repele Paternalismo na Classificação de Cargos", publica entrevista do Sr. Cel. Darcy Siqueira, Diretor do DASP, a que, como 1º-Secretário de uma das Casas do Congresso Nacional, não posso deixar de opor reparos e mesmo protestar contra os seus termos.

**O Sr. Daniel Krieger (Rio Grande do Sul)** — Permite V. Exª um aparte?

**O SR. RUY SANTOS (Bahia)** — Pois não!

**O Sr. Daniel Krieger (Rio Grande do Sul)** — Quero que V. Exª receba a mais integral solidariedade minha e, estou certo, de toda a Casa. Nós não podemos mais viver sem responder a considerações injustas que nos façam.

**O SR. RUY SANTOS (Bahia)** — Agradeço o aparte de V. Exª, principalmente pela autoridade de que se reveste por partir de quem parte.

Diz o Diretor do DASP que, no novo Plano de Classificação de Cargos, ele considera os Poderes Legislativo e Judiciário mais disciplinados do que o Executivo, na fixação de uma política de pessoal. E, mais adiante, repetindo o que dissera: há grande indisciplina na fixação de uma política de pessoal, justa e objetiva, inclusive no próprio Executivo. Os piores exemplos, no entanto, são dados pelos Poderes Legislativo e Judiciário.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, quando se cogitou da Reclassificação de Cargos, foi nomeada uma Comissão de Alto Nível do Senado, composta do Dr. Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral; da Dra. Sarah Abrahão que, à época, dirigia a Secretaria-Geral da Mesa; do Dr. Pedro Cavalcanti, Diretor da Assessoria; da Diretora da Subsecretaria de Pessoal e, se não me falha a memória, de Dona Ninon Borges — funcionários esses da mais alta categoria —, para organizar o Plano de Reclassificação de Cargos.

Foi elaborada a lei e teve início a sua tramitação quando — e me lembro perfeitamente disso — o Presidente Filinto Müller recebeu um telefonema do então Diretor do DASP, hoje Ministro Glauco Lessa, dizendo que aquele projeto não podia ser aprovado nos termos em que estava vazado. Então, o Presidente Filinto Müller determinou que a Comissão fosse ao DASP e fizesse a revisão do projeto. Foi feita a revisão e o projeto foi aprovado, nos termos do que havia sido aceito pelo órgão que, no Poder Executivo, controla pessoal. Mas, ao lado da lei que estabelecia a classificação de cargos nos grupos, havia, também, projeto de resolução que teria de fazer o enquadramento do pessoal, dentro daquelas normas legislativas. A Comissão de Alto Nível não quis se conformar em que fossem submetidos ao DASP esses projetos de resolução porque, nos termos da Constituição, organização de serviços da Casa do Congresso é atribuição sua.

Ponderei, porém, que, se o DASP era um órgão que tinha participado da lei e que, normalmente, devia conhecer melhor do que o próprio serviço da Casa como fazer esse enquadramento, não havia diminuição em que a Comissão de Alto Nível procurasse o DASP para combinar os termos dos três projetos de resolução sobre o Grupo Direção e Assessoramento, sobre o Grupo Apoio Legislativo, sobre o Grupo Nível Superior, sobre o Grupo Transporte e Segurança. E isso foi feito, Sr. Presidente. Lembro-me muito bem de que surgiram dificuldades quanto à aceitação de normas defendidas pela Comissão de Alto Nível. E eu fui ao DASP, e também ainda me lembro de que a Dra. Sarah Abrahão achava que, como Senador e como 1º-Secretário, eu não deveria ir ao DASP discutir a matéria. Mas sou daqueles que pensam que ninguém se diminui em dialogar e discutir uma matéria. E fui ao DASP com o Diretor-Geral e com a Dra. Sarah Abrahão para vencer as dificuldades do DASP, que não queria reconhecer, em certos serviços do Legislativo, como não reconheceria em serviços do Judiciário, características próprias.

Não se pode comparar, por exemplo, a Taquigrafia de uma Casa do Congresso ou de um Tribunal de Justiça com a Taquigrafia que há no Poder Executivo. O trabalho é outro; a organização é outra.

Da mesma maneira o Técnico Legislativo como o Técnico Judiciário não têm aquelas condições gerais que tem o Técnico da Administração, de um modo geral. Há necessidade de condições mais típicas de cada Casa, ou de cada Poder, para isso. E, então, consegui que o DASP aceitasse as nossas ponderações e os projetos de resolução foram submetidos ao Plenário nos termos do acordado pelo DASP.

Quando já estava no fim dos trabalhos, ainda me lembro, havia restrição do DASP à classificação do Auditor, o Dr. Jorge Paiva; da Diretora do Expediente, Dona Ada Passarinho; da Diretora da Subsecretaria de Edições Técnicas, Dona Leyla Castello-Branco — que no projeto se pleiteava eles fossem DAS-2 e o DASP não aceitava. Voltei ao DASP para demonstrar a alta categoria desses funcionários da Casa, e os serviços que eles prestam ao Poder Legislativo; mas, não houve como vencer e, então, os projetos foram aprovados rigorosamente dentro das combinações. Passou-se, depois, a fazer a implantação do funcionalismo dentro das normas rígidas, traçadas pelos projetos de resolução. A Comissão de Alto Nível elaborou a implantação dentro da lotação ideal. A Comissão Diretora examinou, cuidadosamente, isto. Lembro-me de que, antes de levar à Comissão Diretora, tive mais de uma reunião com a Comissão de Alto Nível para apurar se a implantação estava rigorosamente dentro das normas, e não se estava cometendo alguma injustiça aos servidores. A Comissão Diretora, então, aprovou a implantação dos cargos.

Claro, Sr. Presidente, que tudo que é humano não pode ser perfeito; é provável que tenha havido imperfeição nessa implantação, mesmo cuidadosa; e tenho a certeza — e consta de Ata — de que o Senador Antônio Carlos Konder Reis, 1º-Vice-Presidente da Casa, reclamou contra a situação de 17 Auxiliares de Portaria — parece

que este o título deles — que não estavam enquadrados como deviam. E a Comissão Diretora retificou o trabalho.

Posteriormente, outras reclamações haviam chegado, em pequeno número. Ainda sexta-feira estudei uma e me convenci, apesar dos argumentos da Diretoria do Pessoal, de que houve injustiças. E estou com o processo pronto, para levar à Comissão Diretora, a fim de que se faça a correção.

Ainda há outros processos que espero, esta semana, receber — e são poucos — para levá-los à Comissão Diretora e reparar injustiças, se acaso injustiças foram cometidas.

O que eu quero assegurar ao Senado é que o que passou pela minha mão como 1º-Secretário — e falo aqui na condição de 1º-Secretário, porque não troquei idéias com os meus companheiros de Mesa, mas com a responsabilidade de quem, na Administração zela pela situação e ordenação do pessoal — o que passou pela minha mão, repito, e o que foi decidido pela Comissão Diretora, como colegiado, foi feito dentro das normas estabelecidas nos projetos de resolução.

E assim tenho procedido, e assim espero proceder, porque é da minha norma, homem que vem da planície, homem de origem humilde: não querer o sacrifício de ninguém. Claro que todos nós — e os servidores, este ou aquele, mesmo sem razão, eles acham que têm razão — temos a obrigação de estudar a sua razão, a sua alegação, para reconhecer se há direito e assegurar este direito.

**O Sr. Guido Mondin** (Rio Grande do Sul) — Permite V. Exª um aparte?

**O SR. RUY SANTOS** (Bahia) — Com muito prazer.

**O Sr. Guido Mondin** (Rio Grande do Sul) — Todos nós, Senador Ruy Santos, acompanhamos, na oportunidade, o estafante trabalho, já da Comissão de Alto nível, já da Mesa, e podemos lembrar quão meticuloso foi esse trabalho, quão cuidadoso ele foi no sentido de alcançar a maior perfeição possível, particularmente no respeito às determinações existentes. De sorte que é estranhável a manifestação que V. Exª agora esclarece, perfeitamente bem, com a solidariedade dos seus colegas do Senado.

**O Sr. Magalhães Pinto** (Minas Gerais) — Permite V. Exª um aparte?

**O SR. RUY SANTOS** (Bahia) — Com muito prazer.

**O Sr. Magalhães Pinto** (Minas Gerais) — Quero louvar V. Exª por ter vindo, de pronto, dar essa resposta, mas penso que deveria ser feito algo mais: uma interpelação, para que o Diretor do DASP diga por que fez esta afirmação, se ele se baseia em dados ou se é uma afirmação gratuita. Não sei mesmo se o DASP tem direito de apreciar essa matéria mas, a bem da verdade, sua publicação esclareceria melhor o assunto. V. Exª prova que a Mesa agiu com a maior correção, mas estamos diante de uma acusação pública. Deveria, então, o Diretor do DASP esclarecer por que fez tal acusação. Para afirmar que houve liberalidade e que a Mesa do Senado não agiu com o rigor devido, é de se esperar que venham as provas. V. Exª faz muito bem em protestar, tem a nossa solidariedade, mas não deveria ficar só neste particular, e sim fazer as indagações indispensáveis.

**O SR. RUY SANTOS** (Bahia) — Agradeço os apartes dos nobres Senadores Guido Mondin e Magalhães Pinto.

Poderia o Senado, como Poder Legislativo, estar até dispensado desta defesa, porque o Diretor do DASP, que é elemento do segundo escalão do Poder Executivo, investe até contra o Poder Executivo ao dizer que ali, em grau menor, também se pratica a indisciplina, na fixação da política de pessoal, e o paternalismo.

Li, há poucos dias, um protesto do Diretor da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos contra as normas baixadas pelo Diretor do DASP contra essa empresa. Isto até deu margem — o que afinal de contas eu lamento porque deve haver unidade administrati-

va e chefia —, a divergência e diálogo entre um chefe de serviço e outro chefe de serviço, não aceitando aquelas determinações.

Mas, ainda me esqueci, o funcionalismo da Câmara e do Senado, como do Poder Judiciário, se rebelaram até porque a lei que votamos reduzia os percentuais de gratificação adicional por tempo de serviço, que o Poder Legislativo e o Poder Judiciário tinham em função de legislação vigente.

Reconheço, e disse até aos meus companheiros que são funcionários da Câmara e do Senado, que os percentuais que estavam fixados para os servidores da Casa eram altos. Mas, mesmo isso nós aceitamos, para colocar a legislação dentro da norma estabelecida pelo DASP.

O DASP não tem razão no que toca à classificação de cargos. Pode até ter razão em outros fatos, e, se os tiver e vier alegar em resposta a este meu protesto, dentro da sugestão do Senador Magalhães Pinto, se eu tiver responsabilidade, virei assumi-la e, se não tiver, também direi: isso não passou pelas minhas mãos.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, este o protesto que, em nome do Senado, quero fazer contra essa acusação injusta, improcedente — até mesmo, não digo o adjetivo que já ia saindo da boca — do Sr. Diretor do DASP, porque quanto à classificação de cargos ela foi feita dentro, rigorosamente, do estabelecido com esse Órgão.

Dirá S. S<sup>a</sup> que não era Diretor àquela época; mas, no Serviço Público, há continuidade. A classificação foi feita de acordo com o então Diretor do DASP, hoje Ministro Glauco Lessa de Abreu e Silva.

Esta, Sr. Presidente e Srs. Senadores, a satisfação que julgo do meu dever dar à Casa. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Adalberto Sena)** — Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a presente sessão, designando para a próxima a seguinte

## ORDEM DO DIA

### 1

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 1974 (nº 2.043-B/74, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que autoriza o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal — IBDF, a alienar imóveis que menciona, tendo

**PARECER FAVORÁVEL**, sob nº 426, de 1974, da Comissão:

— de Finanças.

### 2

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 18, de 1974 (nº 156-B, de 1974, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da tradução do Protocolo de Prorrogação da Convenção sobre o Comércio do Trigo de 1971, aprovado por ocasião da Conferência de Governo, realizada no Conselho Internacional do Trigo, a 22 de fevereiro de 1974, tendo

**PARECERES FAVORÁVEIS**, sob nºs 439 e 440, de 1974, das Comissões:

— de Relações Exteriores; e

— de Agricultura.

### 3

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 20, de 1974 (nº 155-B, de 1974, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da tradução do Acordo Internacional do Açúcar, de 1973, aprovado por ocasião da Sessão Plenária, de 13 de outubro de 1973, da Conferência das Nações Unidas sobre Açúcar, de 1973, tendo

**PARECERES FAVORÁVEIS**, sob nºs 460, 461, 462, de 1974, das Comissões:

— de Relações Exteriores;

— de Economia; e

— de Agricultura.

**O SR. PRESIDENTE (Adalberto Sena)** — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 20 minutos.)

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. JARBAS PASSARINHO NA SESSÃO DE 27-9-74 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.**

**O SR. JARBAS PASSARINHO (Pará) (Pronuncia o seguinte discurso.)** — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Com ampla repercussão na imprensa brasileira, encontra-se presente, hoje, no Estado do Pará, Sua Excelência o Senhor Presidente da República, General Ernesto Geisel. A esta hora, Sua Excelência já deve ter deixado a Ilha de Marajó, onde fez o lançamento de um projeto denominado PRODEMAR, e estará, precisamente agora, presidindo uma reunião do Conselho Deliberativo da SUDAM, onde deve estar sendo debatido o programa denominado POLAMAZÔNIA, do qual ouvimos o ilustre Líder Senador Osires Teixeira fazer o elogio em nome de Goiás da Amazônia.

A Amazônia, há bem pouco tempo, e não faz muito, no passado, era objeto de algumas piadas nacionais. V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador Adalberto Sena, como Presidente eventual desta sessão, e homem do Acre, naturalmente sabe que isto não é novidade. Quando se falava sobre a Amazônia, costumava-se dizer que a Amazônia tinha duas estações do ano — uma, que chovia muito e outra, que chovia demais; ou, então, que a Amazônia, encontrava no Brasil o país amigo, mais próximo. Hoje, a consciência nacional e internacional sobre a Amazônia fazem com que projetos como esses sejam lançados em nome de uma política efetiva de ocupação daquela área. Essas piadas do passado transformam-se, hoje, na preocupação com a ocupação da última área verde do mundo, que levou o eminente Presidente Médici, dentro do seu "Programa Impacto", a referir-se à Amazônia, chamando a atenção para o estudo dos trópicos úmidos, precisamente, com esta frase, de que era a Amazônia, hoje, a última área verde disponível, no sentido ecumênico para a luta contra a fome. E urgia que nós a ocupássemos, definitivamente, porque em nome da luta contra a fome mundial, a solidariedade mundial, num mundo cada vez mais solidário, faria com que, em pouco tempo, tivéssemos problemas, não com a soberania nacional, mas com a própria ocupação da Amazônia.

É curioso verificar — e todos os estudiosos dos problemas da Amazônia têm visto isso — como no passado, na sua primeira fase, tivemos o deslumbramento dos homens que a visitaram — desde que não fossem nacionais — deslumbramento que afetou até mesmo a cientistas, que, de natural, são frios e calculados nos seus estudos. Por exemplo, Humboldt, que falou da Amazônia como "celeiro do mundo", o que está longe de ser a verdade, numa área em que nós, habitantes dela, sabemos como é difícil, extremamente penoso, realizar qualquer trabalho de agricultura naquela região, talvez até porque, insistindo numa técnica diversa daquela que podia ser a mais racional, ocupam-se as áreas de terra firme, onde a produtividade é extremamente baixa e, não se tem tido, até agora, a preocupação com a exploração racional das áreas de várzea que podem ser incorporadas à luta contra a fome mundial.

Para dar, apenas, um exemplo, que os Srs. Senadores conhecem tanto quanto eu, homem da Amazônia: uma semente de arroz, lançada a esmo, na embocadura do Rio Amazonas, na região de Breves, produz, nas várzeas, que são inundáveis uma vez por ano, 4 a 4,5 toneladas de arroz por ano. Esse mesmo arroz, com a melhor semente, e com o trato e cultivo adequados, não chega a produzir uma tonelada na terra firme.

O grande desafio para a Amazônia, portanto, ainda está de pé. Houve momento em que, modesto estudioso da problemática daquelas regiões, cheguei a me tentar para tese de que, talvez, a redenção da Amazônia viesse mais depressa do seu subsolo do que propriamente do seu solo. Não afirmo tal, mas é uma tese que merece análise.

Enquanto Humboldt chamava a Amazônia de "celeiro do mundo"; enquanto Schwartz falava da Amazônia de uma maneira que não posso compreender, dizendo que "lá estava o clima mais ameno do mundo", o que positivamente está longe de ser a verdade — Euclides da Cunha referia-se a um bochorno de 40 graus à sombra, o que também está distante da verdade, e dava a impressão de que a vida de alienígenas seria extremamente difícil numa região como a Amazônia.

Depois desse deslumbramento, entramos na fase verborrágica, naquilo que eu chamaria a logomaquia da salvação da Amazônia. Eram os discursos de salvação da Amazônia.

Houve, até, fato muito pitoresco. O Ministro da Saúde, homem muito simpático, precursor dos cabelos compridos, que hoje se usam fartamente, mais fundamentalmente no seio da mocidade, e ele já era um homem entrado em anos e deles se utilizava, não sendo maestro, declarou estar erradicada a malária na Amazônia, e, o fez numa cerimônia social. O Comandante da Base Área, que lá se encontrava, dez dias depois da partida desse Ministro para o Rio de Janeiro, passou-lhe um telegrama jocoso e ao mesmo tempo trágico, em que dizia: "Os laboratórios atestam que minha esposa é portadora de malária e sob sua forma mais violenta, que é a do *falciparum*. Como V. Exª declarou que a malária estava erradicada na Amazônia, e o fato ocorreu em Belém, peço a V. Exª que volte rápido a esta terra, para acabar com o último foco". Tal a leviandade com que se falava sobre a erradicação da malária numa região como aquela.

Falar em controle da malária, sim, parece-me extremamente judicioso e adequado.

Tivemos até o nosso Presidente Getúlio Vargas — ao qual a Amazônia tanto deve — de certo modo atraído e fascinado por essa fase verborrágica.

Pena que não se encontre, neste plenário um representante do Amazonas, mas, provavelmente, V. Exª, Sr. Presidente, testemunhou quando o Presidente Getúlio Vargas, no famoso Teatro Amazonas, em 1940, fez seu discurso, não menos famoso, cognominado "O Discurso do Rio Amazonas". E, algo ainda próximo do textual guardei desde menino, quando S. Exª dizia: "O Rio Amazonas, como imponente obstáculo físico, deixa de ser agora apenas uma expressão da geografia mundial para incorporar-se definitivamente à civilização do Brasil e do Mundo." E nós continuamos, em 1940 e até muitos e muitos anos à frente, todos nós da Amazônia, a sofrer os mesmos efeitos de outrora. Mas devemos ao Presidente Vargas a criação dos Territórios do Amapá, de Rondônia inspirados na terra que é berço natal de V. Exª e minha, como Território precursor, que era o Acre e o que veio, mais tarde, a se transformar no Estado do Acre, que hoje tem V. Exª como um dos seus representantes.

Da fase verborrágica, da fase logomáquica, da fase apenas da produção dos discursos, nós assistimos a uma seguinte, que foi a da preocupação real com a planificação dos problemas da Amazônia, da chamada problemática Amazônica, procurando dar-lhes, a cada problema, a sua própria solução mais racional.

Estou inscrito, Sr. Presidente, para prosseguir a análise dessa questão amazônica que, no momento, é extremamente atual e vou fazê-lo com mais profundidade. Mas não quis perder esta oportunidade em que acabamos de ouvir a voz do nosso eminente líder, o Senador Osires Teixeira, falando pelo seu Estado natal e pela Amazônia, em saudação ao lançamento da Polamazônia. É evidente que discutiremos alguns problemas básicos da tentativa de incorporação definitiva da Amazônia à civilização nacional. E entre esses problemas básicos figura uma estratégia nacional de ocupação daquela área, onde, por exemplo, o Professor Glycon de Paiva não acreditava na possibilidade de uma ocupação linear ou de uma ocupação ecumênica de toda área. E proclamava, já há alguns anos, não sendo ele o pioneiro, entretanto, dessa idéia, a necessidade da transformação dessa ocupação através de polos, polos que, aliás, os portugueses fizeram na própria colonização da Amazônia.

Ouçõ com prazer o nobre Senador Luiz Cavalcante.

O Sr. Luiz Cavalcante (Alagoas) — Meu nobre colega, sinceramente, sem nenhum propósito de lisonjeá-lo, estou ouvindo embevecido o hino que V. Exª tece à sua terra, à sua Amazônia, que é o maior quinhão desse vasto território brasileiro. Eu não sou da Amazônia, pelo menos de nascimento, mas o sou pela preocupação. Porque nunca me saiu da memória que, na década de trinta, quando Hitler começava a assaltar os vizinhos, anexando vastos quinhões de outros à sua Alemanha, o Presidente francês Paul Reynaud, pensando saciar a fome de Hitler, propôs ao ditador alemão que ele simplesmente ocupasse a Amazônia. Graças a Deus, isto já vai longe! Graças a Deus, hoje não há lugar para uma proposta tão infeliz, tão infame. Rejubilou-me por ouvir V. Exª, como também pelo entusiasmo com que o nobre Senador Osires Teixeira saudou a iniciativa do Presidente Geisel da criação de polos para acelerar o desenvolvimento da nossa Amazônia. Muito grato a V. Exª pela oportunidade que me deu de me tornar pingente do seu mavioso discurso.

O SR. JARBAS PASSARINHO (Pará) — Muito obrigado, nobre Senador Luiz Cavalcante. Acho que os amazônidas e todos desta Casa, ao agradecer o aparte de V. Exª, não diriam que deploram que V. Exª não seja um amazônida porque seria uma descortesia às Alagoas, mas ter V. Exª como um natural daquela área, para nós seria um admirável reforço. Quanto a Paul Reynaud fui, tanto quanto V. Exª, ferido por esta atitude, sobretudo porque todos nós, da nossa geração, éramos os admiradores de uma França que tínhamos como a nossa segunda pátria, quase todos nós tínhamos na França esse simbolismo de uma segunda pátria brasileira. Admiramos que Paul Reynaud dissesse isto, precisamos dentro da Assembléia de Deputados franceses. É aquilo que o vulgar diz ser "ir para a forca com o pescoço alheio." Ele gostaria de ir para a forca com o pescoço do Brasil e apresentou esta oportunidade para que Hitler pudesse satisfazer — como V. Exª disse muito bem — a sua fome de território livre e fizesse a incorporação também desta área, onde, felizmente para nós, não havia sudetas. De modo que o aparte de V. Exª vem muito a propósito porque fere um dos aspectos que pretendo desenvolver num estudo que, a seguir, farei dessa temática amazônica.

O Sr. Clodomir Millet (Maranhão) — Permite V. Exª?

O SR. JARBAS PASSARINHO (Pará) — Ouçõ, com muito prazer, o nobre Senador Clodomir Millet.

O Sr. Clodomir Millet (Maranhão) — Sr. Senador, não sei em que fase estava em 1945, se era ainda a fase da logorréia ou se era a fase da planificação. Em 1945 eu tomei parte de um congresso médico dos programas sociais da Amazônia, dos programas sociais do pós-guerra e coube a mim relatar o tema alimentação no Norte do Brasil. Pela divisão geográfica daquele tempo, o Norte do Brasil era a Amazônia de hoje, justamente a região amazônica. Como eu tinha vindo de um outro congresso, em Teresópolis, como representante da Associação Comercial de minha terra, lá do interior do meu Estado, e discutindo os problemas econômicos da região, fiz uma tese abordando o problema da alimentação, não considerando calorias ou considerando valores nutritivos dos alimentos, mas levando-a para a parte justamente econômica, compreendendo que aquilo que se chamava realidade brasileira naquele tempo, importava no estudo completo das coisas completas. Isto porque estudava-se um alimento pelo que ele valia do ponto de vista energético ou pelo que ele valia como sucedâneo de qualquer outro tipo de alimentação. Deixei isso de lado e examinei a área integralmente. Àquela época, Sr. Senador Jarbas Passarinho, não havia ainda nada, como hoje também, havendo tão pouca coisa, pode-se dizer que ainda não há nada. Mas conforta-nos saber que há interesse — já vem de algum tempo a esta parte — dos órgãos máximos da Administração para que possamos incorporar, realmente, a Amazônia à economia nacional. É de louvar-se a iniciativa do Presidente Geisel com esses polos que estão sendo criados e estimulados e, assim, é possível que tenhamos o desenvolvimento da Amazônia em curto



prazo, pelo menos em menor prazo do que se poderia esperar. Naquele tempo cheguei a lançar o **slogan** de que o problema da Amazônia estaria resolvido, e hoje se vê que em qualquer parte do país ele estaria resolvido, desta forma: se se produzir muito e bom; se se transportar bem e barato e se se consumir mais e certo. De modo que se conseguirmos aumentar a produção amazônica, selecionando realmente o que se deve plantar, se conseguirmos que o transporte das zonas de produção para os centros consumidores se façam com facilidade e em condições razoáveis de preço, e se conseguirmos que as populações comam o que seja certo, então teremos resolvido o problema, lá como em qualquer outra parte. Mas chamava a atenção, justamente, para a depredação no que diz respeito à flora, à pesca, enfim, a tudo. A tartaruga e o jacaré, por exemplo, já estavam acabando e, parece, já acabaram. Hoje, a caça já não existe, e, essas coisas todas foram acabando porque não houve uma política de proteção, uma política devida, enfim, a política que seria aconselhável. Houve aquele discurso do Presidente Getúlio Vargas e, de 1945 para cá, houve muitos pronunciamentos de altas autoridades do País visando justamente isso que V. Ex<sup>a</sup> está referindo, que é a concretização de providências no sentido de obter o que for de melhor para a região, o que for de melhor para o País. Congratulo-me com V. Ex<sup>a</sup> pelo seu discurso e vamos esperar a continuação desse discurso para que possamos, através dele, conhecer o que está fazendo e quais as idéias de V. Ex<sup>a</sup> para ajudar a melhorar a situação que aí está.

**O SR. JARBAS PASSARINHO (Pará)** — O aparte de V. Ex<sup>a</sup>, além de trazer uma ilustração ao meu discurso, no duplo sentido, pois ilustra o discurso e dá um exemplo, que V. Ex<sup>a</sup> incorpora ao discurso, implica uma pergunta. V. Ex<sup>a</sup> quando diz que não sabe se, em 45, nós estávamos, ainda, na fase da logorréia ou da verborragia, ou qual a fase do meu desdobramento — não vou pedir direitos autorais disto, mas, de qualquer maneira, esta divisão em fases, sou eu que estou fazendo — acho que a resposta é muito clara: em 1945, nós poderíamos dizer que estávamos no final da fase verborrágica, porque, precisamente em 1946, com a Constituinte de 46, Leopoldo Peres, representante do Amazonas, fez com que o Congresso aprovasse a sua famosa emenda que iniciou o processo de agências de desenvolvimento regionais, visando aquilo a que se referiu o nobre Senador Luiz Cavalcante quando apartou o nobre Líder Osires Teixeira, que é a obtenção da redução gradual da diferença de desenvolvimento entre regiões brasileiras. Para que nós não fiquemos dentro daquilo que o General Gamelin, que foi o chefe da única missão — uma missão francesa — que o nosso Exército já teve, constatou. Certa feita, dizia, ele na Escola de Comando do Estado Maior, que o único lugar do mundo onde havia constatado a existência de um sistema colonial sem descontinuidade territorial tinha sido o Brasil. Em todos os outros lugares, havia a metrópole e a colônia de além-mar e, no Brasil, havia a metrópole — que ele referia como sendo o Centro-Sul — e as províncias, que seriam colonizadas, ou satelizadas — diríamos hoje — entre as quais figuravam o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste.

Este é um dos pontos que gostaria de salientar na análise que farei em seguida: 1946 marca o início de uma atividade diferente. Através da emenda de Leopoldo Peres, a União se obrigou a colocar 3% da sua receita tributária numa agência de desenvolvimento da Amazônia que tomou o nome de SPVEA — sigla que se tornaria, depois, extramente desconhecida, marcada muito mais pela aventura, pela corrupção, pela irresponsabilidade e que levou ao surgimento da SUDENE, como órgão já corrigido dos defeitos da SPVEA, que, por seu turno, trouxe como consequência a adoção da SUDAM, como uma espécie de réplica da SUDENE. Depois, então, tivemos todas as demais agências, como SUDESUL, SUDECO etc.

Ora, Sr. Presidente e Srs. Senadores, o que todos sabemos — e aqui falo como brasileiro, sem nenhuma preocupação de partidatismo e, mesmo que tivesse, com a preocupação maior de ser honesto no meu raciocínio — nenhum Presidente da República, de Getúlio Vargas até a extinção da SPVEA, cumpriu a obrigação constitu-

cional de entregar à Amazônia 3% da receita tributária da União. E era crime de responsabilidade como V. Ex<sup>a</sup> sabem, pelo qual um Presidente da República poderia sofrer o processo de **impeachment** ou impedimento. Até certo ponto a atitude desses Presidentes está justificada, porque a própria agência não tinha condições de dinamizar-se, através de vultosos recursos que lhe seriam oferecidos, para com isso poder cumprir o seu objetivo e atingir aquele **desideratum**.

Ora, a SPVEA deixou fama triste, pelo menos no meu Pará. Não sei se os representantes dos outros Estados da Amazônia, nesta Casa, são mais felizes, mas no meu Pará a fama foi muito triste. Havia coisas até sintomáticas, havia coisas que se traduziam até pela toponímia. Por exemplo, a tentativa de instalar uma fábrica de papel, de celulose, numa região do Amazonas, partindo da compra de um equipamento, em terceira ou quarta mão, de um chinês — que depois de Pedro Álvares Cabral, possivelmente foi quem descobriu o Brasil. Este homem vendia um equipamento de produção irregular, para o qual se precisava produzir celulose no Brasil. Como não existia celulose, a recomendação era comprá-la no exterior, para aí construir, dentro da floresta amazônica, uma suposta fábrica de papel.

Coincidentemente — como falei na toponímia, que é capaz de caracterizar essas expressões — o local onde essa suposta fábrica se instalou chamava-se Desaperta, o que, em certo jargão militar, se entende bem como alguma coisa parecida com aquilo que o Padre Vieira, para fugir do verbo furtar, ou roubar, utilizava outro verbo, ainda da primeira conjugação, chamado "surrupiar".

Imensos escândalos ocorreram, o que não quer dizer que todas as administrações da SPVEA tivessem igual responsabilidade. Ao contrário, houve administrações admiráveis, que foram vencidas pela impossibilidade de fazer daquele instrumento, inteiramente **demodê**, o vetor da transformação das condições socio-econômicas da região.

Como disse, deve-se a Leopoldo Peres o princípio. Em seguida, vemos que o Presidente Castello Branco, quando criou a SUDAM, como sucedânea da SPVEA, também lançou a chamada Operação Amazônia, Operação Amazônia que ainda hoje, com a POLAMAZÔNICA, é vigente.

Ouviram estarrecidos muitos dos Srs. Senadores que não estão familiarizados com o problema a denúncia partida do nobre Líder Virgílio Távora sobre a captação de recursos de uma maneira que não pode ser qualificada senão como imoral. Porque, quando essa captação de recursos chega a atingir a 40% do valor global de investimentos, o termo onzenário já não tem sequer valor para comparações, pois onzenário significaria 11% dos valores e temos, agora, 40% de prêmio pessoal, ilegal, ilegítimo, imoral, àqueles que se dedicam à chamada captação de recursos na Amazônia.

Ouvimos, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que este processo vai mudar. Sabemos que está em curso uma providência do Executivo para que, através do Legislativo, se transforme essa legislação.

Eu queria marcar, exatamente, neste momento, nobre Senador Clodomir Milet, a passagem da figura do eminente e saudoso Presidente Castello Branco como sendo, talvez o primeiro, depois das atividades do Presidente Getúlio Vargas, que procurou integrar a Amazônia num sistema planificado, para a solução de seus problemas. Vimos erros, entre os quais este que, possivelmente, o Presidente Castello Branco jamais poderia supor viesse a ocorrer, partindo da idéia que foi vitoriosa no seu Governo. Vimos, em seguida, o Presidente Costa e Silva fazer a implantação efetiva dessa Operação Amazônia, através de legislação que recebeu do Presidente Castello Branco. Com o Presidente Médici, vimos a adoção da Transamazônica não como uma estrada, não como um fim em si próprio.

Aí está o equívoco de muita gente, que analisa a Transamazônica como um fim. Ao contrário, a Transamazônica era apenas um meio, na hipótese que o Presidente Médici sustentava e defendia: Ele queria uma estrada, mas uma estrada como instrumento de roca-

da de populações excedentes do Nordeste para a Amazônia, de maneira que, pela primeira vez, numa visão de estadista global, do ponto de vista demográfico, se utilizou neste País. Era a transferência de excedentes populacionais, do "saliente" nordestino, que estão à beira de 30 milhões de pessoas, para a Amazônia, que conta com 0,7% de habitantes por quilômetro quadrado.

Era, então, o que se chamava princípio de vasos comunicantes de regimes demográficos. Era a roçada de excedentes populacionais, que viriam não mais através de aventuras, tomando o navio no litoral nordestino para, tangidos pelas secas, procurar vida nova na Amazônia. Não! Era alguma coisa que deveria ser feita de maneira racional, científica e organizada.

Tive a honra de ser convocado pelo Presidente Médici, por esse querido amigo, para comparecer ao Palácio do Planalto, a fim de ouvir a discussão preliminar sobre a Transamazônica, sobre a qual ainda não havia tomado a sua decisão. Disse S. Ex<sup>a</sup> que estava honrando o Senador da Região Amazônica, pois como Ministro da Educação e Cultura muito pouco teria eu a dizer sobre a viabilidade, a justificativa ou não, da construção da estrada. Construída esta, tivemos o problema da colonização.

No início do Governo Geisel, vimos surgir, na Imprensa brasileira, uma série de acusações tremendas sobre a justiça ou não da colonização da Amazônia através do sistema de agrovilas, de rurópolis.

Agora, no lançamento da POLAMAZÔNIA — que é o ponto seguinte que pretendo analisar em profundidade no discurso que farei — vê-se o Presidente da República fazer o elogio das providências anteriores, como é compatível exatamente com estadista do seu porte, do seu quilate para mostrar que todos esses planos, quaisquer que fossem os Presidentes da República, homens da maior respeitabilidade, tiveram aspectos positivos. A partir de Castello Branco que, como disse há pouco, não poderia jamais supor que uma legislação da sua autoria viria dar oportunidade aos fazedores de negócio de 40% de tomada de dinheiro em captação de recursos, até os demais Presidentes, todos eles, têm, naturalmente, durante a aplicação de alguma estratégia nacional, o bom e o mau, o certo e o errado. O que vale, Sr. Presidente, é aquilo que se chama em tática militar: depois de feito o plano é a conduta do combate, é a correção do plano conforme as circunstâncias indiquem. A mim me parece, sem querer antecipar a minha análise dessa problemática amazônica que, no momento, termina com o POLAMAZÔNIA, a mim que parece — repito — que o POLAMAZÔNIA significa uma das tentativas de abandono de outras estratégias por uma nova estratégia que não é inteiramente original, pois já defendida por outras pessoas há algum tempo, e que há de provar, no futuro, se é boa ou má, se merece o aplauso com que a recebemos ou se adiante esse mesmo aplauso deve transformar-se em alguma crítica, ou se deva gerar aplausos a alguma providência corretora dos erros que por acaso lhe sejam pertinentes.

Estas palavras, Sr. Presidente, as pronuncio neste Senado para saudar a presença do Presidente Ernesto Geisel na minha terra, no Estado do Pará. Tanto quanto sei, pela primeira vez um Presidente da República visita a ilha de Marajó. É hoje a ilha de Marajó o décimo quinto item do POLAMAZÔNIA, é hoje a ilha de Marajó preocupação do Presidente da República.

Nós, que conhecemos alguma coisa da história daquela bacia imensa, sabemos que já ao tempo dos mercedários, já ao tempo dos jesuítas, quando, através da política de Pombal, foram retirados da Amazônia, como do Brasil, esses religiosos deixaram na área, supostamente, quatrocentas mil cabeças de gado vacum. Hoje, passados séculos, as estatísticas indicam a presença de seiscentas mil cabeças, bem como cinquenta mil bubalinos, a grande novidade contemporânea da pecuária amazônica.

Aí está um pequenino exemplo. Se essa ilha, que tem topografia semelhante a um prato raso, portanto com suas bordas mais altas do que as suas terras interiores, ilha que sofre processos periódicos, mas permanentes, todos os anos, de enchente e vazante, e a cada

processo, perde número significativo de animais, acarretando, talvez, uma descapitalização nunca menor que cinquenta mil animais em certos momentos agudos de crise, a ilha de Marajó já devia, ou não, ter merecido uma preocupação nacional?! Trata-se de uma área até aqui não olhada com o devido cuidado. Provam os séculos: a expansão de quatrocentas mil cabeças, numa pecuária intensiva e sem nenhuma preocupação genética, para seiscentas mil cabeças, depois do zebuamento de um rebanho, como agora se faz.

Então, há alguma coisa do ponto de vista ecológico que deve ser feita, e o Presidente Geisel acena com o XV Pólo do Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que lastimo profundamente — e na verdade é com grande tristeza que pronuncio estas palavras —, não esteja no gozo completo das suas faculdades, para poder rejuvilar-se hoje, mais do que eu, e tanto quanto aquele amazônida que esteja mais alegre com o lançamento da POLAMAZÔNIA, uma figura que marcou, em sucessivas legislaturas na Câmara Federal, a sua presença, pela eficiência, pela correção, pelo conhecimento e, sobretudo, pela sua modéstia; lastimo não esteja em condições de aplaudir o lançamento de projeto tão auspicioso para a área, aquele que por primeiro pensou, na minha terra, na restauração da ilha de Marajó — o Deputado Stélio Maroja.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. DINARTE MARIZ, NA SESSÃO DE 27-9-1974 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.**

**O SR. DINARTE MARIZ (Rio Grande do Norte) (Pronuncia o seguinte discurso.)** — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Inicialmente, congratulo-me com a Casa pelo discurso que acaba de proferir meu ilustre Colega, Senador Jarbas Passarinho, vindo em aplauso à última deliberação do eminente Presidente Geisel, na determinação de ocupar o espaço vazio, tão propalado em todo o mundo, representado, dentro do Território nacional, pela grande Amazônia.

Sr. Presidente, estamos em vésperas de acontecimentos políticos. Temos falado muito, temos discutido muito e até ouvido coisas que talvez não fossem agradáveis trazer ao conhecimento desta Casa. Mas hoje, na hora em que devo viajar para o meu Estado, no cumprimento do dever de mais uma vez lutar pelos ideais revolucionários, deixo aqui, nos Anais desta Casa, registrada a reafirmação de minhas idéias no momento em que se processam as eleições para renovação da Câmara e um terço do Senado. Serei sempre autêntico na defesa daqueles princípios que trago da minha mocidade, pensando nas reformas deste grande País, agora despertado em busca do seu grande destino. Manifesto meu aplauso e, sobretudo, a confiança na orientação traçada pelo eminente Presidente Ernesto Geisel.

Sr. Presidente, tenho a impressão de que, se fizéssemos uma análise desapaixonada, patriótica, procurando pesquisar, dentro da história, esta década revolucionária, teríamos confortadora confirmação de haveremos encontrado os caminhos perseguidos por tantas gerações que nos estão conduzindo ao desenvolvimento, à independência política, econômica e social.

Não estou aqui para jogar pedras no passado, pois tudo que vem ocorrendo desde o Império até hoje, vem sendo construído pela inteligência e pela tenacidade dos brasileiros.

E nós, revolucionários de 1964, não fizemos outra coisa senão atender ao chamamento do dever para com o nosso País. Dois atos, a meu ver, demarcarão dentro do tempo os vitoriosos rumos da nossa Revolução.

O primeiro, sem dúvida, foi o que disciplinou os recursos da União, condicionando-os a um planejamento sem o qual jamais atingiríamos o desenvolvimento nacional.

O segundo, Sr. Presidente — e este vou dizer com aquela autenticidade que, todos os dias, peço a Deus para não me tirar enquanto vida eu tiver — foi o Ato Institucional nº 5, assegurado da



disciplina e da ordem, sem as quais este País jamais poderia atrair para seu território aqueles recursos disponíveis, que num mundo conturbado procuravam o clima propício, com as devidas garantias, para o seu emprego.

Já disse, desta tribuna — quando se falava tanto em exportação de algodão, de minérios, de café —, que nós não estávamos exportando só minério, algodão, café ou produto manufaturado; estávamos exportando, sim e principalmente, ordem que se traduzia em segurança. É o que estamos oferecendo, lá fora, aos países capitalistas, e até aos da esfera socialista, sem o que jamais atrairíamos tais recursos, decisivos ao nosso desenvolvimento.

Portanto, os que exercem uma parcela na liderança política deste País devem ter a coragem de vir, perante o povo, sustentar e esclarecer os principais objetivos da Revolução, da qual devemos ser leais e fiéis porta-vozes.

Não devemos esquecer os dramáticos e ameaçadores dias provocados pelos contestantes da nova ordem, quando na cidade do Rio de Janeiro, orgulho de todos nós, promoviam desordem, incêndios, passeatas, inquietando toda a sociedade democrática do País. Graças a Deus já nos achamos distanciados das nefastas passeatas dos "cem mil". Foi necessário que viesse o Ato Institucional nº 5, tão bem inspirado por aqueles que tinham, perante o País e perante os seus companheiros de Revolução, a responsabilidade da manutenção da ordem e da unidade nacional, acima de tudo. Foi, sem dúvida, esse ato de inspiração patriótica que livrou a Nação da ameaça comunista. Porque, Sr. Presidente, Srs. Senadores, discutir um instrumento que veio se ajustar aos nossos textos legais, propiciando o desenvolvimento do País e o bem-estar social do seu povo? Então, não bastam os exemplos dos nossos vizinhos? Será que se ignora o sofrimento dos nossos irmãos argentinos? Eu me incluo, Sr. Presidente, entre os responsáveis pelo Movimento Revolucionário de 1964, pois dentro das minhas limitações dei o máximo de mim para vê-lo vitorioso.

O propalado milagre brasileiro reside na nossa imaginação. Jamais deveremos pensar em retornar às formulas clássicas, importadas de outros países que já nos levaram durante tantas décadas ao subdesenvolvimento e à escravidão econômica.

**O Sr. Jarbas Passarinho (Pará)** — Permite V. Exª um aparte, nobre Senador?

**O SR. DINARTE MARIZ (Rio Grande do Norte)** — Com muito prazer.

**O Sr. Jarbas Passarinho (Pará)** — Em primeiro lugar, eu gostaria de enfatizar este seu pedido a Deus para que não modifique a sua maneira de ser. Quando V. Exª diz que pede Ele não lhe retire nunca, isso que nós chamamos de excepcional qualidade, cada vez mais rara, de o homem ser fiel a si próprio ou à autenticidade tão falada. V. Exª é precisamente aquilo que se caracteriza no julgamento dos homens, por intermédio de um conceito francês quando julga o caráter: diz que um homem de caráter não é propriamente aquele que nós sabemos o que faz, mas, sim, aquele que nós sabemos o que não fará. E V. Exª, por exemplo, nós sabemos o que não fará. Não trairá, não abjurará das suas crenças sem razão de ser, não será um apóstata dos seus pensamentos. Quanto a isto, queria dizer a V. Exª que todos nós que temos o privilégio de o ter como amigo, salientamos que na sua firmeza de caráter está um dos mais belos apanágios da sua formação. Quando ao fato a que V. Exª se referiu, a "passeata dos cem mil" — eu vivi o problema no Governo, como Ministro do Trabalho do Presidente Costa e Silva — e tive oportunidade de conhecer algumas das discussões que se fizeram dentro do Palácio, a respeito dessas manifestações. É curioso como depois, Sr. Senador Dinarte Mariz, me caberia, por força do destino, ocupar a Pasta da Educação e Cultura, onde iria verificar, no estudo do problema da educação brasileira, como todos aqueles que estavam envolvidos na chamada restauração do direito do protesto, eram muitos — todos não, mas eram muitos — que antes estiveram envol-

vidos nesse mesmo princípio e diziam que, sem ele, não haveria possibilidade de a educação ter melhor participação na filosofia de governo. Pois muito bem, verifiquei que no auge dessa atividade de rua — que se deu em 1963 como em 1968 — mas refiro-me, particularmente, a 1963 — numa série histórica de 10 anos, com relação a investimentos públicos na educação brasileira, foi quando menos se aplicou em educação. O que prova se discutiam teses muitas delas em si mesmo excelentes, mas que serviam apenas para motivação popular e não como desejo sincero de alterar as decisões governamentais, antes de 1964. Em 1968, as passeatas tiveram algumas conseqüências práticas — V. Exª sabe disso — e como não há mal que não traga o seu bem, elas chamaram a atenção do Governo Costa e Silva para o problema da defasagem que existia, naquela ocasião, entre a educação superior moderna e a educação que ainda se praticava no Brasil, nas universidades. De maneira que, ao saudar a posição de V. Exª, ao me congratular com essa reafirmação que, vinda de V. Exª, não surpreende nenhuma das pessoas que o conhecem, eu queria salientar que a reforma da universidade brasileira, que começou, timidamente, com o Presidente Castello Branco, acelerou-se nessa ocasião. E, em parte sob o acicate dessa pressão popular, quem respondeu, nessa série histórica de dez anos a que me refiro, de investimentos públicos em educação, só quem respondeu foi, precisamente, o Governo Revolucionário e não os Governos anteriores à Revolução. E com um fato particular, entretanto, que me parece negativo: é que o Presidente Costa e Silva tinha lançado o MOBRAL; o nosso eminente colega Senador Tarso Dutra tinha sido proposto a iniciar um grande movimento para eliminarmos essa chaga nacional que é o analfabetismo, que era e ainda é o analfabetismo dos adultos brasileiros, dos homens com quinze anos de idade e mais; infelizmente, tângido pelas circunstâncias, o Governo acabou sacrificando o atendimento que visava à neutralização imediata das fontes de formação do analfabeto para favorecer o ensino de terceiro grau, o que, de algum modo, é uma injustiça social flagrante que veio, felizmente, ser corrigida em seguida, nesta continuidade que V. Exª, como eu, analisamos nos Governos Revolucionários há dez anos. É que outra vez o terceiro grau, o estudante universitário, e o pessoal que, tendo consciência cívica, poderia ser, por esses estudantes, engajado no processo de protesto, fez com que se desviassem da direção do homem mais modesto, do homem mais marginalizado, do analfabeto dos quinze anos de idade, esses meios que estavam destinados a eles, para que se atendessem aos chamados problemas dos excedentes das universidades brasileiras. Queira V. Exª receber o meu aparte como uma palavra pávida, sobretudo de admiração permanente por V. Exª

**O SR. DINARTE MARIZ (Rio Grande do Norte)** — Recebo o aparte de V. Exª, nobre Senador Jarbas Passarinho, como um estímulo àqueles que como eu têm tido o privilégio de lutar por idéias novas em benefício da nossa Pátria. V. Exª foi um desses homens que a Revolução projetou dentro do cenário da política nacional. V. Exª sabe muito bem a quanto vai a minha admiração pela sua pessoa e, sobretudo, pelo que V. Exª representa dentro do sistema revolucionário.

Se tivermos que fazer uma análise e ir até à pesquisa para verificar aqueles que têm carreado para a Revolução as idéias mais nobres; aqueles que, realmente, têm concorrido para que a Revolução cada dia se afirme mais, sem dúvida, V. Exª figurará entre os primeiros.

**O Sr. Jarbas Passarinho (Pará)** — Muito obrigado.

**O SR. DINARTE MARIZ (Rio Grande do Norte)** — Mas, Sr. Presidente, o aparte com que me honrou o nobre Senador Jarbas Passarinho é a demonstração mais positiva de que a Revolução veio para modificar os costumes políticos da nossa Pátria, na Administração pública e em todos os setores da atividade humana, seja no plano social, seja no setor econômico. E em tudo para onde quisermos voltar as nossas vistas, aí teremos que enxergar, realmente, os traços mais vivos da presença revolucionária em benefício do povo brasileiro.

Mas o meu discurso de hoje — permitam-me, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que afirme mais uma vez — é o discurso de um homem que parte para a campanha política levando na sua consciência a idéia fixa do cumprimento do seu dever. Defenderei, no Rio Grande do Norte, os mesmos princípios com que a Revolução de 64 me encontrou. Poderia dizer: aqueles mesmos princípios de 29, de 31 e de 63 — por que não dizer as datas legítimas das revoluções? É porque, antes de as revoluções se estabilizarem, em 30, 32 e 64, já estava eu engajado nos seus sistemas de conspirações, correndo todos os riscos para o deflagrar desses patrióticos movimentos. Portanto, refiro-me a 1929 em vez de referir-me a 1930, porque já em 1929 eu me alistava na Aliança Liberal e dela, naturalmente, me integrava no movimento revolucionário de 1930. Em 1931, eu abandonava a Prefeitura da minha cidade, da minha querida cidade, para me integrar, definitivamente, com os que se propunham a combater a Ditadura, que se instalava, profanadora dos ideais da Revolução que eu ajudava. Daí o meu vínculo com 32, a chamada Revolução Constitucionalista, na realidade, de caráter nacional.

Em 63, quando pesava sobre o País a ameaça comunista, comecei a me articular com companheiros civis e militares, dando a colaboração ao meu alcance até março de 64, quando os militares, num movimento fulminante e patriótico, livraram o País da desordem, do caos, do comunismo. Lembro aqui, com saudade, a figura de Rui Palmeira, que tantas vezes, em minha companhia, procurava, dos companheiros mais afortunados, recursos necessários ao movimento de articulação revolucionária, levados em parte ao Marechal Cordeiro de Faria que, ao lado do Marechal Odílio Denis e de tantos outros, concorreram decisivamente para a vitória. Tenho sido soldado nas horas mais arriscadas. Jamais pertenci ao grupo dos que esperam comodamente em cima do muro a hora de usufruir vanta-

gens. Daí possuir a autoridade que me arrego para defender os postulados pelos quais tenho me batido e daqui poder afirmar que muito ainda teremos de lutar até erradicar dos nossos costumes, na vida pública, a corrupção destruidora e nefasta.

Manifesto, assim, minha confiança na filosofia que a Revolução aos poucos vai consolidando, buscando um regime nascido da nossa própria imaginação e inspirado nos ideais mais nobres de igualdade e fraternidade. Queremos, como tem acentuado o nosso líder maior, o eminente Presidente Geisel, uma democracia nossa, tradutora da nossa índole e da nossa vocação para a liberdade. Liberdade com responsabilidade, sem o que nenhum regime sobreviverá. (Muito bem! Palmas.)

## INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS

### RESOLUÇÃO Nº 38

Considerando a necessidade de mudança na forma de licitação da Tomada de Preços nº 01/74, o Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência dos Congressistas, no uso de suas atribuições,

Resolve:

Art. 1º Fica anulada a Tomada de Preços nº 01/74;

Art. 2º A Tomada de Preços para construção de três galpões no SIA — Trecho 05, lotes 10, 20, 30, 40 50 e 60 será feita sob regime de empreitada por preço global, de acordo com as condições do edital nº 02/74;

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação.

Brasília, em 30 de setembro de 1974. — **Senador Cattete Pinheiro**, Presidente — **Senador Heitor Dias**, Conselheiro — **Senador Accioly Filho**, Conselheiro.

# ATAS DAS COMISSÕES

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

### 25ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, REALIZADA EM 18 DE SETEMBRO DE 1974

Aos dezoito dias do mês de setembro de mil novecentos e setenta e quatro, às dez horas, na Sala "Clóvis Beviláqua", sob a presidência do Senador Daniel Krieger, presentes os Senadores Helvídio Nunes, Carlos Lindenberg, Gustavo Capanema, Nelson Carneiro, Wilson Gonçalves, Itálvio Coelho, Accioly Filho, Heitor Dias, José Lindoso, Osires Teixeira e José Sarney, reúne-se a Comissão de Constituição e Justiça.

Lida e aprovada a ata da reunião anterior, o Senhor Presidente anuncia que há número regimental e passa a apreciação da pauta dos trabalhos. São relatadas as seguintes proposições: 1) — Mensagem nº 274/74 do Sr. Presidente da República, submetendo à apreciação do Senado Federal, o nome do Vice-Almirante da Reserva Remunerada, Floriano Peixoto Faria Lima, para exercer o cargo de Governador do Estado do Rio de Janeiro. Na forma regimental, o Presidente declara a reunião secreta. Relator: Senador Helvídio Nunes. Reaberta a reunião, passa-se ao item 2) Emenda da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 20/73 — Revoga os artigos 3º e 4º do Decreto-Lei nº 389, de 26-12-1968, que dispõe sobre a verificação judicial de insalubridade e periculosidade, e dá outras providências. Relator: Senador José Augusto. Parecer: contrário à emenda, quanto ao mérito, por considerá-la inconveniente. O Senhor Presidente comunica que o Senador José Augusto tivera que se ausentar, por motivo de força maior, e deixara o seu parecer assinado com o pedido de que fosse lido e apreciado. Concordando a Comissão com a proposta do Presidente, o Senador José Lindoso passa a ler o citado parecer. Em discussão e votação é aprovado por unanimidade. 3) Projeto de Lei do Senado nº 93/74 — Dispõe sobre

a política de defesa do consumidor. Relator: Senador Carlos Lindenberg. Parecer: Inconstitucional. Aprovado. 4) Ofício S — 12/74 do Presidente do Supremo Tribunal Federal, Representação nº 899, Estado de Goiás, inconstitucionalidade da Lei nº 7.485, de 2-12-71. Relator: Senador Osires Teixeira. Parecer: favorável com Projeto de Resolução. Aprovado. 5) Projeto de Lei do Senado nº 107/74 — DF: Autoriza o Governo do Distrito Federal a abrir o crédito suplementar em reforço de dotações que especifica, constantes do Orçamento do Distrito Federal, para o exercício financeiro de 1974. Relator: Senador Carlos Lindenberg. Parecer: constitucional e jurídico. Aprovado. 6) Projeto de Lei do Senado nº 99/74 — Revoga dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho. Relator: Senador Carlos Lindenberg. Parecer: Constitucional, jurídico e contrário quanto ao mérito, por inconveniente. Aprovado. 7) Projeto de Lei do Senado nº 103/74 — Regula a elevação do abono anual aos aposentados e pensionistas do INPS. Relator: Senador Nelson Carneiro. Parecer: diligência junto à Secretaria da Comissão. Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Maria Helena Bueno Brandão, Assistente, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

## COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

### 4ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA), REALIZADA EM 10 DE SETEMBRO DE 1974

Às dezesseis horas e trinta minutos do dia 10 de setembro do ano de mil novecentos e setenta e quatro, sob a Presidência do Senhor Senador Arnon de Mello, Presidente, presentes os Senhores Senadores Antônio Fernandes, Jarbas Passarinho e Paulo Guerra, reúne-se a Comissão de Minas e Energia, na sala Rui Barbosa.

Deixam de comparecer por motivo justificado, os Senhores Senadores Luiz Cavalcante, Leandro Maciel, Domício Gondim, Lenoir Vargas e Nelson Carneiro.

É dispensada a leitura da ata da reunião anterior.

O Senhor Presidente declara aberta a reunião e em seguida concede a palavra ao Senhor Senador Jarbas Passarinho que emite seu parecer pela inconveniência da promoção da série de reuniões neste período que se estenderá até 15 de novembro próximo, à Indicação nº 02, de 1974, "do Senhor Senado Franco Montoro, sugerindo, com base no artigo 248 do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Minas e Energia promova uma série de reuniões de estudo para o esclarecimento dos rumos da política nuclear do País".

Submetido o parecer em discussão e votação, é o mesmo aprovado unanimemente.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e para constar, eu, Mauro Lopes de Sá, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, é assinada pelo Senhor Presidente.

Republicada por ter saído com incorreções no Diário do Congresso Nacional (Seção II), de 13 de setembro de 1974, pág. 3.722, 1ª coluna.

### COMISSÃO DE REDAÇÃO

#### 54ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA), REALIZADA AOS 3 DIAS

##### DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DE 1974

Às onze horas do dia três do mês de setembro do ano de mil novecentos e setenta e quatro, reúne-se a Comissão de Redação sob a Presidência do Senhor Senador Cattete Pinheiro, presentes os Senhores Senadores Wilson Gonçalves e Lourival Baptista.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Carlos Lindenberg, Presidente, Danton Jobim, Vice-Presidente, José Lindoso e José Augusto.

É lida e aprovada a ata da reunião anterior.

A Comissão aprova os pareceres em que são apresentadas as seguintes redações finais:

a) pelo Senhor Senador Lourival Baptista, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 1974, que dá nova redação ao art. 681, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); e

b) pelo Senhor Senador Wilson Gonçalves, do Projeto de Lei do Senado nº 54, de 1974 — Complementar, que altera os arts. 1º, 2º e seus parágrafos, e 3º e seus incisos, da Lei Complementar nº 2, de 29 de novembro de 1967, que dispõe sobre a execução do disposto no art. 16, § 2º da Constituição Federal, relativamente à remuneração dos Vereadores.

Nada mais havendo a tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Maria Carmen Castro Souza, Assistente, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

#### 55ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA), REALIZADA AOS 17 DIAS

##### DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DE 1974

Às onze horas do dia dezessete do mês de setembro do ano de mil novecentos e setenta e quatro, reúne-se a Comissão de Redação sob a Presidência do Senhor Senador Carlos Lindenberg, presentes os Senhores Senadores José Lindoso, Cattete Pinheiro e Wilson Gonçalves.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Danton Jobim, Vice-Presidente, e José Augusto.

É lida e aprovada a ata da reunião anterior.

A Comissão aprova o parecer em que o Senhor Senador José Lindoso apresenta a redação final do Projeto de Lei do Senado nº 63, de 1973 (nº 1.404-B/73, na Câmara dos Deputados), que altera o art. 14 da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966 — Código Nacional de Trânsito.

Nada mais havendo a tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Maria Carmen Castro Souza, Assistente, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

#### 56ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA), REALIZADA AOS 18 DIAS

##### DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DE 1974

Às dezoito horas do dia dezoito do mês de setembro do ano de mil novecentos e setenta e quatro, reúne-se a Comissão de Redação sob a Presidência do Senhor Senador Carlos Lindenberg, presentes os Senhores Senadores Danton Jobim, Vice-Presidente, e Cattete Pinheiro.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores José Augusto e José Lindoso.

É lida e aprovada a ata da reunião anterior.

A Comissão aprova os pareceres em que são apresentadas as seguintes redações finais:

a) pelo Senhor Senador Danton Jobim, do Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 1974 (nº 2.073-B/74, na Casa de origem), que fixa os valores de vencimentos e gratificações dos cargos e funções dos Grupos-Atividades de Apoio Judiciário, Serviços Auxiliares, Serviços de Transporte Oficial e Portaria, Artesanato, Outras Atividades de Nível Superior, Outras Atividades de Nível Médio e Direção e Assistência Intermediárias, do Quadro Permanente da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da Quarta Região, e dá outras providências; e

b) pelo Senhor Senador Cattete Pinheiro, do Projeto de Lei da Câmara nº 106, de 1974 (nº 2.126-B/74, na Casa de origem), que fixa os valores dos níveis de vencimentos do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores do Quadro Permanente da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da Quarta Região, e dá outras providências.

Nada mais havendo a tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Maria Carmen Castro Souza, Assistente, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

#### 57ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA), REALIZADA AOS 19 DIAS

##### DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DE 1974

Às onze horas do dia dezoito do mês de setembro do ano de mil novecentos e setenta e quatro, reúne-se a Comissão de Redação sob a Presidência do Senhor Senador Carlos Lindenberg, presentes os Senhores Senadores Wilson Gonçalves e José Lindoso.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Danton Jobim, Vice-Presidente, Cattete Pinheiro e José Augusto.

É lida e aprovada a ata da reunião anterior.

A Comissão aprova o parecer em que o Senhor Senador José Lindoso apresenta a redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 1974 (nº 2.075-B/74, na Casa de origem), que fixa os valores de vencimentos e gratificações dos cargos dos Grupos-Atividades de Apoio Judiciário, Serviços Auxiliares, Serviços de Transporte Oficial e Portaria, Artesanato, Outras Atividades de Nível Superior, Outras Atividades de Nível Médio e Direção e Assistência Intermediárias, do Quadro Permanente do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, e dá outras providências.

Nada mais havendo a tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Maria Carmen Castro Souza, Assistente, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

#### 58ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA), REALIZADA AOS 24 DIAS

##### DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DE 1974

Às onze horas do dia vinte e quatro do mês de setembro do ano de mil novecentos e setenta e quatro, reúne-se a Comissão de Reda-

ção sob a Presidência do Senhor Senador Carlos Lindenberg, presentes os Senhores Senadores Wilson Gonçalves, Cattete Pinheiro e José Augusto.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Danton Jobim, Vice-Presidente, e José Lindoso.

É lida e aprovada a ata da reunião anterior.

A Comissão aprova o parecer em que o Senhor Senador Wilson Gonçalves apresenta a redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara, nº 77, de 1974 (nº 1.938-C/74, na Casa de origem), que dá nova redação ao artigo 49 e seus parágrafos, e ao item 7º do artigo 55 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências.

Nada mais havendo a tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Maria Carmen Castro Souza, Assistente, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

**59ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA), REALIZADA AOS 24 DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DE 1974**

Às onze horas e trinta minutos do dia vinte e quatro do mês de setembro do ano de mil novecentos e setenta e quatro, reúne-se a Comissão de Redação sob a Presidência do Senhor Senador Carlos Lindenberg, presentes os Senhores Senadores Cattete Pinheiro, Lourival Baptista e Wilson Gonçalves.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Danton Jobim, Vice-Presidente, José Augusto e José Lindoso.

É lida e aprovada a ata da reunião anterior.

A Comissão aprova os pareceres em que o Senhor Senador Cattete Pinheiro apresenta as seguintes redações:

a) redação final do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 1973, que altera a redação do art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943,

acrescentando outras hipóteses em que o empregado poderá deixar de comparecer aos serviços sem prejuízo do salário;

b) redação do vencido, para o segundo turno regimental, do Projeto de Lei do Senado nº 89, de 1973, que altera e acrescenta dispositivos ao Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 — Código do Processo Penal; e

c) redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 16, de 1974 (nº 154/74, na Câmara dos Deputados), que aprova decisão do Presidente da República, de 10 de abril de 1974, que ordenou a execução do ato que concedeu promoção *post mortem* ao ex-sargento Benedito Theodoro da Silva, do Ministério da Marinha.

Nada mais havendo a tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Maria Carmen Castro Souza, Assistente, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

**60ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA), REALIZADA AOS 24 DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DE 1974**

Às dezesseis horas do dia vinte e quatro do mês de setembro do ano de mil novecentos e setenta e quatro, reúne-se a Comissão de Redação sob a Presidência do Senhor Senador Carlos Lindenberg, presentes os Senhores Senadores Wilson Gonçalves, José Augusto e Cattete Pinheiro.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Danton Jobim, Vice-Presidente, e José Lindoso.

É lida e aprovada a ata da reunião anterior.

A Comissão aprova o parecer em que o Senhor Senador Wilson Gonçalves apresenta a redação final do Projeto de Lei do Senado nº 104, de 1974, que dispõe sobre a composição do Conselho Nacional de Desportos.

Nada mais havendo a tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Maria Carmen Castro e Souza, Assistente, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

**MESA**

**Presidente:**  
Paulo Torres (ARENA — RJ)

**1º-Vice-Presidente:**  
Antônio Carlos (ARENA — SC)

**2º-Vice-Presidente:**  
Adalberto Sena (MDB — AC)

**1º-Secretário:**  
Ruy Santos (ARENA — BA)

**2º-Secretário:**  
Augusto Franco (ARENA — SE)

**3º-Secretário:**  
Milton Cabral (ARENA — PB)

**4º-Secretário:**  
Geraldo Mesquita (ARENA — AC)

**Suplentes de Secretários:**  
Luís de Barros (ARENA — RN)  
José Augusto (ARENA — MG)  
Antônio Fernandes (ARENA — BA)  
Ruy Carneiro (MDB — PB)

**LIDERANÇA DA ARENA  
E DA MAIORIA**

**Líder:**  
Petrônio Portella (ARENA — PI)

**LIDERANÇA DO MDB  
E DA MINORIA**

**Líder:**  
Amaral Peixoto (MDB — RJ)

**Vice-Líderes:**  
Nelson Carneiro (MDB — GB)  
Danton Jobim (MDB — GB)

**COMISSÕES**

**Diretora:** Helena Ruth Laranjal Farias Rigolon  
**Local:** Anexo II — Térreo  
**Telefones:** 23-6244 e 24-8105 — Ramais 193 e 257

**A) SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS, ESPECIAIS  
E DE INQUÉRITO****Comissões Temporárias**

**Chefe:** Marcus Vinicius Goulart Gonzaga  
**Local:** Anexo II — Térreo  
**Telefone:** 24-8105 — Ramal 303

- 1) Comissões Temporárias para Projetos do Congresso Nacional;
  - 2) Comissões Temporárias para Apreciação de Vetos;
  - 3) Comissões Especiais e de Inquérito; e
  - 4) Comissão Mista do Projeto de Lei Orçamentária (artigo 90 do Regimento Comum).
- Assistentes de Comissões:** José Washington Chaves, Ramal 314;  
Hugo Antônio Crepaldi, Ramal 672; Haroldo Pereira Fernandes,  
Ramal 674; e Manoel Bezerra Laranjal, Ramal 710.

**B) SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES**

**Chefe:** Cláudio Carlos Rodrigues Costa  
**Local:** Anexo II — Térreo  
**Telefone:** 24-8105 — Ramais 301 e 313

**COMISSÃO DE AGRICULTURA — (CA)**  
(7 Membros)**COMPOSIÇÃO**

**Presidente:** Paulo Guerra  
**Vice-Presidente:** Mattos Leão

<b>Titulares</b>	<b>ARENA</b>	<b>Suplentes</b>
Antônio Fernandes		Tarso Dutra
Vasconcelos Torres		João Cleofas
Paulo Guerra		Fernando Corrêa
Otávio Cesário		
Flávio Britto		
Mattos Leão		
	<b>MDB</b>	<b>Ruy Carneiro</b>

**Assistente:** Cláudio Vital Rebouças Lacerda — Ramal 307  
**Reuniões:** Quintas-feiras, às 11:00 horas  
**Local:** Sala Bernardo Pereira de Vasconcelos — Anexo II — Ramal 617

**COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS — (CAR)**  
(7 Membros)**COMPOSIÇÃO**

**Presidente:** Clodomir Milet  
**Vice-Presidente:** Teotônio Vilela

<b>Titulares</b>	<b>ARENA</b>	<b>Suplentes</b>
José Guiomard		Saldanha Derzi
Teotônio Vilela		Osires Teixeira
Dinarte Mariz		Lourival Baptista
Wilson Campos		
José Esteves		
Clodomir Milet		
	<b>MDB</b>	<b>Franco Montoro</b>

**Assistente:** Mauro Lopes de Sá — Ramal 310  
**Reuniões:** Quarta-feiras, às 10:30 horas  
**Local:** Sala Coelho Rodrigues — Anexo II — Ramal 613

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA — (CCJ)**  
(13 Membros)**COMPOSIÇÃO**

**Presidente:** Daniel Krieger  
**Vice-Presidente:** Accioly Filho

<b>Titulares</b>	<b>ARENA</b>	<b>Suplentes</b>
José Lindoso		Eurico Rezende
José Sarney		Osires Teixeira
Carlos Lindenberg		João Calmon
Helvídio Nunes		Lenoir Vargas
Itálio Coelho		Vasconcelos Torres
Mattos Leão		Carvalho Pinto
Heitor Dias		
Gustavo Capanema		
Wilson Gonçalves		
José Augusto		
Daniel Krieger		
Accioly Filho		
	<b>MDB</b>	<b>Franco Montoro</b>

**Assistente:** Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 305  
**Reuniões:** Quartas-feiras, às 10:00 horas  
**Local:** Sala Clóvis Bevilacqua — Anexo II — Ramal 623

**COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (CDF)**

(11 Membros)

**COMPOSIÇÃO**Presidente: Cattete Pinheiro  
Vice-Presidente: Ruy Carneiro**Titulares****ARENA**Dinarte Mariz  
Eurico Rezende  
Cattete Pinheiro  
Otávio Cesário  
Osires Teixeira  
Fernando Corrêa  
Saldanha Derzi  
Heitor Dias  
Antônio Fernandes  
José Augusto**Suplentes**Carlos Lindenberg  
Luiz Cavalcante  
Waldemar Alcântara  
José Lindoso  
Wilson Campos**MDB**

Ruy Carneiro

Nelson Carneiro

Assistente: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 303

Reuniões: Quarta-feiras, às 09:30 horas

Local: Sala Eptácio Pessoa — Anexo II — Ramal 615

**COMISSÃO DE ECONOMIA — (CE)**

(11 Membros)

**COMPOSIÇÃO**Presidente: Magalhães Pinto  
Vice-Presidente: Vasconcelos Torres**Titulares****ARENA**Magalhães Pinto  
Vasconcelos Torres  
Wilson Campos  
Flávio Britto  
Jessé Freire  
Arnon de Mello  
Teotônio Vilela  
Paulo Guerra  
Renato Franco  
Helvídio Nunes  
Luiz Cavalcante**Suplentes**José Augusto  
Benedito Ferreira  
Leandro Maciel**MDB**

Franco Montoro

Amaral Peixoto

Assistente: Daniel Reis de Souza — Ramal 675

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala Bernardo Pereira de Vasconcelos — Anexo II — Ramal 617

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA — (CEC)**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**Presidente: Gustavo Capanema  
Vice-Presidente: João Calmon**Titulares****ARENA**Gustavo Capanema  
João Calmon  
Tarso Dutra  
Benedito Ferreira  
Cattete Pinheiro  
Jarbas Passarinho**Suplentes**Arnon de Mello  
Helvídio Nunes  
José Sarney**MDB**

Benjamim Farah

Franco Montoro

Assistente: Marcello Zamboni — Ramal 306

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:30 horas

Local: Sala Eptácio Pessoa — Anexo II — Ramal 615

**COMISSÃO DE FINANÇAS — (CF)**

(17 Membros)

**COMPOSIÇÃO**Presidente: João Cleofas  
Vice-Presidente: Virgílio Távora**Titulares****ARENA**Celso Ramos  
Lourival Baptista  
Saldanha Derzi  
Benedito Ferreira  
Alexandre Costa  
Fausto Castelo-Branco  
Lenoir Vargas  
Jessé Freire  
João Cleofas  
Carvalho Pinto  
Virgílio Távora  
Wilson Gonçalves  
Mattos Leão  
Tarso Dutra**Suplentes**Cattete Pinheiro  
Italvio Coelho  
Daniel Krieger  
Jarbas Passarinho  
Dinarte Mariz  
Eurico Rezende  
Flávio Britto  
Leoni Mendonça**MDB**Amaral Peixoto  
Ruy Carneiro  
Danton Jobim

Nelson Carneiro

Assistente: Danie. Reis de Souza — Ramal 675

Reuniões: Quarta-feiras, às 11:00 horas

Local: Sala Bernardo Pereira Vasconcelos — Anexo II — Ramal 617

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL — (CLS)**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**Presidente: Franco Montoro  
Vice-Presidente: Heitor Dias**Titulares****ARENA**Heitor Dias  
Domício Gondim  
Renato Franco  
Guido Mondim  
Otávio Cesário  
Eurico Rezende**Suplentes**Wilson Campos  
Accioly Filho  
José Esteves**MDB**

Franco Montoro

Danton Jobim

Assistente: Cândido Hippert — Ramal 676

Reuniões: Quinta-feiras, às 11:00 horas

Local: Sala Ruy Barbosa — Anexo II — Ramal 624

**COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA — (CME)**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**Presidente: Arnon de Mello  
Vice-Presidente: Nelson Carneiro**Titulares****ARENA**Arnon de Mello  
Luiz Cavalcante  
Leandro Maciel  
Jarbas Passarinho  
Domício Gondim  
Lenpir Vargas**Suplentes**Paulo Guerra  
Antônio Fernandes  
José Guimard**MDB**

Nelson Carneiro

Danton Jobim

Assistente: Mauro Lopes de Sá — Ramal 310

Reuniões: Quinta-feiras, às 11:00 horas

Local: Sala Coelho Rodrigues — Anexo II — Ramal 613

**COMISSÃO DE REDAÇÃO — (CR)**  
(5 Membros)**COMPOSIÇÃO**  
Presidente: Carlos Lindenberg  
Vice-Presidente: Danton Jobim

Titulares		Suplentes
Carlos Lindenberg	ARENA	Lourival Baptista
José Lindoso		Wilson Gonçalves
José Augusto		
Cattete Pinheiro		
Danton Jobim	MDB	Ruy Carneiro
Assistente: Maria Zcarmen-Castro Souza — Ramal 134		
Reuniões: Quartas-feiras, às 11:00 horas		
Local: Sala Coelho Rodrigues — Anexo II — Ramal 613		

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE)**  
(15 Membros)**COMPOSIÇÃO**  
Presidente: Carvalho Pinto  
Vice-Presidente: Wilson Gonçalves

Titulares		Suplentes
Carvalho Pinto	ARENA	Leoni Mendonça
Wilson Gonçalves		Carlos Lindenberg
Jessé Freire		José Lindoso
Fernando Corrêa		Guido Mondin
Dinarte Mariz		Cattete Pinheiro
Arnon de Mello		Virgílio Távora
Magalhães Pinto		Otávio Cesário
Accioly Filho		
Saldanha Derzi		
José Sarney		
Lourival Baptista	MDB	
João Calmon		
Franco Montoro		Amaral Peixoto
Danton Jobim		
Nelson Carneiro		
Assistente: Cândido Hippert — Ramal 676		
Reuniões: Quintas-feiras, às 10:30 horas		
Local: Sala Ruy Barbosa — Anexo II — Ramal 621		

**COMISSÃO DE SAÚDE — (CS)**  
(7 Membros)**COMPOSIÇÃO**  
Presidente: Fernando Corrêa  
Vice-Presidente: Fausto Castelo-Branco

Titulares		Suplentes
Fernando Corrêa	ARENA	Saldanha Derzi
Fausto Castelo-Branco		Wilson Campos
Cattete Pinheiro		Clodomir Milet
Lourival Baptista		
Luís de Barros		
Waldemar Alcântara		
Benjamim Farah	MDB	Ruy Carneiro
Assistente: Leda Ferreira da Rocha — Ramal 312		
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas		
Local: Sala Ruy Barbosa — Anexo II — Ramal 621		

**COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL — (CSN)**  
(7 Membros)**COMPOSIÇÃO**  
Presidente: Waldemar Alcântara  
Vice-Presidente: José Guimard

Titulares		Suplentes
Waldemar Alcântara	ARENA	Alexandre Costa
José Lindoso		Celso Ramos
Virgílio Távora		Jarbas Passarinho
José Guimard		
Flávio Britto		
Vasconcelos Torres		
Benjamim Farah	MDB	Amaral Peixoto
Assistente: Marcello Zamboni — Ramal 306		
Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas		
Local: Sala Clóvis Bevilacqua — Anexo II — Ramal 623		

**COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL — (CSPC)**  
(7 Membros)**COMPOSIÇÃO**  
Presidente: Benjamim Farah  
Vice-Presidente: Tarso Dutra

Titulares		Suplentes
Tarso Dutra	ARENA	Magalhães Pinto
Celso Ramos		Gustavo Capanema
Osires Teixeira		Paulo Guerra
Heitor Dias		
Jessé Freire		
Leoni Mendonça		
Benjamim Farah	MDB	Amaral Peixoto
Assistente: Cláudio Vital Rebouças Lacerda — Ramal 307		
Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas		
Local: Sala Bernardo Pereira de Vasconcelos — Anexo II — Ramal 623		

**COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES  
E OBRAS PÚBLICAS — (CT)**  
(7 Membros)**COMPOSIÇÃO**  
Presidente: Leandro Maciel  
Vice-Presidente: Alexandre Costa

Titulares		Suplentes
Leandro Maciel	ARENA	Dinarte Mariz
Alexandre Costa		Luís de Barros
Luiz Cavalcante		Virgílio Távora
Lenoir Vargas		
Benedito Ferreira		
José Esteves		
Danton Jobim	MDB	Benjamim Farah
Assistente: Leda Ferreira da Rocha — Ramal 312		
Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas		
Local: Sala Ruy Barbosa — Anexo II — Ramal 621		

**Centro Gráfico do Senado Federal**  
**Caixa Postal 1.203**  
**Brasília — DF**

**EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS**

**PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 0,50**